



**CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

A Prática Profissional do Serviço Social: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto Ético-Político da Profissão na Política de Assistência Social.

RAMILE ANDRADE DE LIMA

CACHOEIRA-BA
2012

RAMILE ANDRADE DE LIMA

A Prática Profissional do Serviço Social: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto Ético-Político da Profissão na Política de Assistência Social.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Rosenária Ferraz.

CACHOEIRA-BA
2012

L732

Lima, Ramile Andrade de.

A prática profissional do Serviço Social / Ramile
Andrade de Lima._ Cachoeira, BA, 2012.
74f.; il.

Orientadora: Rosenária Ferraz de Souza.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e
Letras.

1.Serviço social. 2.Serviço social como profissão.
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de
Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 361.3

A Prática Profissional do Serviço Social: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto Ético-Político da Profissão na Política de Assistência Social.

RAMILE ANDRADE DE LIMA

Monografia apresentada ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^a. Rosenária Ferraz
Orientadora

Prof. Ms. Marina Cruz Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^ª. Ms. Fabrício Fontes de Andrade
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aprovado em: _____/_____/_____

CACHOEIRA-BAHIA
2012

A possibilidade de arriscar

É que nos faz homens

Vôo perfeito

no espaço que criamos

Ninguém decide

sobre os passos que evitamos

Certeza

de que não somos pássaros

e que voamos

Tristeza

de que não vamos

por medo dos caminhos

(Todo risco, Damário da Cruz)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus nosso pai, sabedor de todas as coisas por iluminar meus caminhos, me dá força, saúde, paciência pra concluir essa etapa tão importante da minha vida.

A Deus agradeço, ainda a oportunidade de ter os pais que tenho merecedores do meu esforço, pessoas que sentem, dividem angustias e conquistas. Aos meus pais dedico a minha formação, essa vitória construída ao longo de quatro anos e materializada em milhares de letrinhas neste trabalho.

Ao Danilo que além de namorado é um grande amigo, por me escutar todos os dias, as aflições, inseguranças trazidas pelo TCC. Nas suas palavras encontrei incentivo, motivação, das quais me deixaram mais calma para superar o que me afligia. Obrigada meu amor por tudo!

Sou muito grata também a minha Orientadora querida Prof^a Dra. Rosenária Ferraz, por compartilhar dos seus conhecimentos com extraordinária maestria. Por não deixar que as dificuldades interferissem na qualidade deste trabalho, além de todo apoio e incentivo, despertado em mim a vontade de alçar voos cada vez mais altos.

Agradeço também a todos os meus mestres, trago comigo um pouquinho do conhecimento de cada um. Serão para sempre minha maior referência de competência, sabedoria e profissionalismo.

Não poderia deixar de agradecer aos sujeitos desta pesquisa que foram generosos em compartilhar um pouco da sua prática profissional comigo.

ENFIM, vocês são personagens essenciais da minha vida, sem vocês esta conquista não seria possível.

RESUMO

Apresentamos como objeto de estudo na presente pesquisa os dilemas e desafios da prática profissional do assistente social na Política de Assistência Social em algumas cidades do Recôncavo Sul da Bahia. As categorias ontológicas, teóricas e reflexivas, práxis e instrumentalidade, assumem o escopo neste estudo de nos subsidiarmos a identificar algumas contradições presentes na prática profissional que condicionam e limitam a materialização do projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro; aqui, especificamente, a prática profissional dos assistentes sociais inseridos no espaço sócio-ocupacional da política da assistência social

Palavras-chave: Prática profissional, práxis, instrumentalidade e projeto Ético Político

RESUMEN

Aquí, como un objeto de estudio en esta investigación dilemas y desafíos de la práctica profesional de los trabajadores sociales en la política de asistencia social en algunas ciudades del sur de Recôncavo de Bahía. Las categorías ontológicas, teóricas y praxis reflexiva e instrumentalidad, supongamos que el alcance de este estudio en subsidiarnos identificar algunas contradicciones en las prácticas que restringen y limitan la realización del proyecto político de Ética del Servicio Social de Brasil; aquí, específicamente la práctica profesional Trabajadores Sociales inserta en la política socio-laboral de la asistencia social

Palabras clave: práctica profesional, la práctica, el proyecto de la instrumentalidad y la ética política

LISTA DE SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAHL- Centro de Artes Humanidades e Letras

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializada da Assistência Social

FUNABEM- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IAPS- Institutos de Aposentadorias e Pensões

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

LBA- Legião Brasileira de Assistência

NOB-RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PNAS- Política Nacional da Assistência Social

SIMPAS- Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUAS-Sistema Único da Assistência Social

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SISTEMA CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL: A PROFISSÃO INSERIDA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E DE TRABALHO DA CLASSE TRABALHADORA ..	15
2.1 Cenário sócio histórico e suas incidências no Serviço Social	15
2.2 A questão social: categoria elementar para o exercício profissional do Assistente Social	22
2.2.1 <i>Desafios para o Assistente Social no mercado de trabalho contemporâneo</i>	25
3 AS PARTICULARIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SOCIEDADE BURGUESA CONTEMPORÂNEA	30
3.1 A instrumentalidade do Serviço Social e seu significado para a prática profissional	30
3.2 Teoria e Prática: unidades constitutivas da Práxis	37
3.2.1 <i>A condição de trabalhador assalariado: limites e possibilidades para prática profissional</i>	41
4 IDENTIFICANDO OS DILEMAS E DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA INTERLOCUÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	47
4.1 Apreciando a Política de Assistência Social: Gênese e Mudanças	47
4.2 Apresentação da metodologia da pesquisa.....	52
4.3 Resultados da Pesquisa de Campo	54
4.3.1 <i>A categoria instrumentalidade, teoria e prática no exercício profissional</i>	55
4.3.2 <i>Sobre a prática profissional dos assistentes sociais nos CRAS's das cidades de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e São Félix-BA</i>	60
4.3.3 <i>A condição de trabalhador assalariado e o projeto profissional do Serviço Social</i>	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social: Direitos e competências profissionais . In. CFESS/ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	72

1 INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), abordaremos como objeto de estudo os dilemas e desafios da prática profissional do assistente social norteada pelas categorias ontológicas e teórico-reflexivas, práxis e instrumentalidade, e a relação desta prática com algumas contradições que condicionam e limitam a materialização do projeto profissional do assistente social na Política de Assistência Social. Investigamos, através da pesquisa empírica, a prática profissional na Política de Assistência Social em algumas cidades do Recôncavo Sul da Bahia.

Partimos da hipótese de que a materialização do Projeto Ético Político está ocorrendo de forma tímida no campo: o projeto profissional do Serviço Social demonstra grande avanço na compreensão teórico-prático da Prática Profissional. Entretanto, as determinações sociais, políticas, econômicas, históricas e ideológicas da sociabilidade burguesa contemporânea abrem lacunas na prática profissional, acentuando a natureza contraditória e problemática da profissão.

A pesquisa desenvolvida em campo caracteriza-se como qualitativa. Busca-se através do discurso - em práticas e palavras, através de entrevistas semi-estruturadas, o tratamento dispensado pelos Assistentes Sociais executores da Política de Assistência Social, a prática cotidiana - e a relação desta a teoria e prática, à luz das categorias instrumentalidade e práxis.

Esta pesquisa também é descritiva. Segundo Duarte & Furtado (2002) a pesquisa descritiva caracteriza-se por ser um método de investigação que “descreve um fenômeno ou situação mediante um estudo realizado em determinado contexto espacial e temporal” (p.28). Todavia, o delineamento da pesquisa foi realizado através *pesquisa bibliográfica* pertinente à temática estudada, ou seja, consulta a livros, revistas, artigos, materiais digitalizados; dito em outros termos, uma técnica de documentação indireta que abrange todo o material existente já publicado que versa sobre o assunto.

Como técnica de documentação direta, utilizamos a pesquisa de campo, com o intuito de coletarmos informações pertinentes ao que nos propomos investigar. O instrumental de coleta de dados constitui-se na entrevista semi-estruturada. Gil (2007) conceitua a entrevista como uma interação social, uma forma de coleta de dados, uma técnica na qual o investigador se apresenta ao investigado realizando perguntas com a finalidade de obtenção de

informações para a investigação, podendo obter desta forma informações sobre vários aspectos da vida social do investigado.

Posterior à realização da entrevista, já compreendendo a análise dos dados utilizamos a análise de discurso e de conteúdo como técnicas. Para Gil (2000) análise de discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas (p.244). A análise de conteúdo de acordo com Bardin (apud CHIZZOTTI, 2008, p. 98) é “um conjunto de técnicas de análise de comunicação” que contém informações sobre o comportamento humano atestado por uma fonte documental”.

Na leitura interpretativa buscamos ir além dos dados conferindo-lhes significados relacionados a outros conhecimentos. O processo de análise realizou-se conjuntamente com a interpretação dos dados, que consisti em estabelecer a ligação entre os resultados encontrados através da pesquisa de campo com as bibliografias que versam sobre o assunto.

Nesse contexto, qual o lócus que o Projeto Ético Político do Serviço Social ocupa na prática destes profissionais? Como este Projeto, articulado às categorias, práxis e instrumentalidade, se evidencia na prática profissional na Política de Assistência Social? Na prática cotidiana a teoria é a mesma?

Merece destaque que as categorias práxis e instrumentalidade foram utilizadas no presente trabalho como questões transversais para identificarmos os dilemas e desafios presentes na prática profissional do assistente social na contemporaneidade, os quais, sobretudo, condicionam e limitam a materialização do Projeto Ético Político.

A prática profissional do Serviço Social são quesitos de debates e discussões nas literaturas do Serviço Social, os quais adensam por conta da natureza contraditória da Profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais burguesas. Faz-se necessário o fomento de debates seja nos âmbitos acadêmico e profissional para desvelarmos os dilemas e desafios presentes na prática cotidiana do assistente social.

Tomamos a categoria práxis neste trabalho como categoria transversal e imanente, “a prática profissional não é uma práxis social, mas uma parte, uma atividade que se insere numa práxis social” (SANTOS, p.44, 2010). A práxis é uma totalidade que compreende em si, duas unidades complexas, a teoria e a prática.

Entendemos a categoria instrumentalidade “enquanto categoria constitutiva do ser social, que incorpora o modo de existência e consciência dos homens na sociedade capitalista” (GUERRA, p.162, 2009). A instrumentalidade do Serviço Social é tratada neste Trabalho de Conclusão de Curso-TCC como algo além de instrumentos de trabalhos, isto é, instrumentos técnico-operativos.

Entendemos a relação teoria e prática como unidade complexa, submetida a uma relação dialética e histórica. Segundo Guerra (2009) e Santos (2010), teoria é um modo de ler e interpretar a realidade, e, a prática, é o lugar onde surgem as determinações para se pensar essa realidade, não obstante, é o âmbito onde o conhecimento ganha materialidade.

A pertinência desse estudo não se limita a estudar o Serviço Social do ponto de vista apenas teórico, mas, sobretudo, os determinantes postos pela sociedade capitalista à prática profissional, ou seja, a materialização da prática. É pertinente continuar o processo de investigação da definição do Serviço Social, suas atribuições, contribuições à sociedade contemporânea. É necessário compreender como as transformações no capitalismo contemporâneo exigem renovação e redefinição ao Serviço Social. Faz-se notório continuar a pesquisa de como as determinações da Reconceituação, base do projeto Ético Político atual, chegam à esfera da atuação profissional, de que forma está chegando. Não obstante, como esta questão rebata na definição do fazer profissional da profissão em foco.

Os resultados da pesquisa constituem este Trabalho de Conclusão de Curso, formado em três capítulos. O primeiro capítulo trata das questões referentes ao Serviço Social e seu significado social na sociedade capitalista, acerca de uma análise sócio histórica do capitalismo, a fim de buscar elementos que determinam a prática profissional do assistente social, da sua gênese à contemporaneidade. Em outros termos, buscamos identificar o Serviço Social na história.

O segundo capítulo versa sobre as categorias ontológicas e teórico-reflexivas, práxis e instrumentalidade, tomando-as como elementares para desvelarmos os dilemas e desafios postos à prática profissional do assistente social na contemporaneidade. Partimos do pressuposto de que a prática profissional do assistente social está encharcada de determinações históricas, marcadas pelos ditames, históricos, culturais, econômicos e políticos da sociedade burguesa, conseqüentemente, a instrumentalidade do Serviço Social encontra-se sob o manto dessas determinações, interpondo-se sobre o exercício profissional. Ainda neste capítulo

destacamos um dos desafios mais presentes na contemporaneidade no fazer profissional do assistente social que é a condição de trabalhador assalariado.

O terceiro capítulo analisa os resultados da pesquisa de campo realizada nos CRAS's das cidades de Santo Antônio de Jesus, Cachoeira e São Félix, a partir dos dados obtidos na pesquisa empírica. Os resultados obtidos na pesquisa de campo através da análise dos dados foram dispostos por temas, sendo estes preponderantes na discussão travada ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse sentido, a categorização apresenta-se da seguinte forma: a prática profissional do Serviço Social nos CRAS's das cidades de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e São Félix-BA; categoria instrumentalidade, teoria e prática no exercício profissional; projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado. Em cada tema buscou-se apresentar os dados coletados através da entrevista, analisando-os e relacionando cada um destes temas aos dilemas e desafios da prática profissional do assistente social na Política de Assistência Social ao Projeto Ético-Político.

2 SISTEMA CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL: A PROFISSÃO INSERIDA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E DE TRABALHO DA CLASSE TRABALHADORA

2.1 Cenário sócio histórico e suas incidências no Serviço Social

Para compreendermos os dilemas e desafios da prática profissional na contemporaneidade, apresentaremos neste capítulo questões referentes ao Serviço Social e seu significado social na sociedade capitalista. Desta forma, faz-se necessário analisarmos historicamente a profissão inserida nas relações sociais capitalistas, a fim de buscarmos elementos que determinam a prática profissional do assistente social, desde a sua gênese até a contemporaneidade. Vislumbra-se abordar a história do capitalismo não apenas como um “pano de fundo” para a prática profissional do assistente social, mas como elemento constitutivo da mesma, pois é a partir da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista que o Serviço Social surge no cenário mundial, inserida na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho da classe subalterna. Como podemos observar na seguinte reflexão de Yamamoto (2009),

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas de classes, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. (*idem*, p.94)

A prática profissional do assistente social sempre esteve sobre os ditames do capitalismo, ou seja, pautando-se nos seus valores, interesses e ideologias, entretanto as ações do assistente social têm como público alvo a classe trabalhadora acerca da premissa de atender às necessidades básicas destes. Desta forma, identificamos o caráter dual e

contraditório da profissão, posto que ao mesmo tempo em que atende os interesses da classe dominante, com as mesmas ações atende também a classe proletária.

Dessa forma, situaremos questões elementares que tocam o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo as transformações ocorridas no mundo do trabalho e os rebatimentos desse processo articulados ao nosso objeto de análise que é prática profissional do assistente social, pois partimos do pressuposto apresentado na tese de Yamamoto (2009) que o Serviço Social é uma profissão especializada e inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Realizaremos na primeira parte de nosso estudo uma reflexão mais geral das questões que determinaram a essência da prática profissional do assistente social. Em seguida, delinearemos especificamente o nosso objeto de estudo, os dilemas e desafios postos a prática profissional do Serviço Social na contemporaneidade.

A discussão travada nesse capítulo parte da seguinte assertiva de Yamamoto & Carvalho (2009):

O Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes a sociedade capitalista. (*idem*, p.77, grifo nosso)

Historicizando o desenvolvimento do sistema capitalista, tomando como base os estudos de Yamamoto (2008b), podemos dizer que nos anos posteriores a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70 o capitalismo passou por um processo de desenvolvimento, transitando entre o capitalismo competitivo para o monopolista. Na era monopolista o capitalismo teve uma expansão avassaladora, sobre a liderança do capital industrial, baseado na organização do modelo de produção fordista/taylorista, que tinha como princípios de organização do processo produtivo a produção em série dentro de um curto período de tempo, além da divisão do trabalho em planejadores e executores, nos termos de Marx (1982) em sua celebre obra “O capital” a divisão do trabalho entre pensante e concreto. Yamamoto (2008b)

De acordo com Martinelli (2009) com o aumento da produtividade a concentração do capital fez com que as relações de trabalho se tornassem ainda mais precarizadas; a classe trabalhadora era explorada no chão das fábricas, e as relações sociais fetichizadas pelo processo produtivo, agravando consideravelmente as desigualdades sociais. Ou seja, a questão social analisada como conjunto das expressões das desigualdades sociais, “que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (Iamamoto, p.27, 2008b)

O Estado teve papel importante para consolidação desse processo, pois financiava através do fundo público o desenvolvimento da produção, bem como a reprodução da força de trabalho a partir do argumento de que para ocorrer o desenvolvimento da produção faz-se necessário viabilizar certo poder aquisitivo para classe trabalhadora. É a partir desse contexto político e econômico que surgem as políticas sociais públicas “operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo de massa e conseqüente dinamização da produção econômica”. (Iamamoto, p.30, 2008b)

Assim, o Serviço Social surge no cenário mundial como profissionais que lidam com a questão social. Desta forma, o desenvolvimento profissional e a expansão de seu mercado de trabalho ocorrem no momento de controle econômico do padrão taylorista/fordista e da regulação keynesiana da economia, que diz respeito à política do Estado acima referida. O Serviço Social surge para controlar os conflitos engendrados pelo embate capital/trabalho, agindo sempre com a identidade atribuída pelo capitalismo sob o manto da prática por ele determinada. (Iamamoto, 2009; Martinelli, 2009).

Surge um Serviço Social mais preocupado em aprimoramento das técnicas de trabalho que, em contrapartida, desconsiderava seu papel político e histórico na sociedade. Ou seja, o Serviço Social tinha identidade atribuída pela classe dominante, constituindo uma prática que se expressava fundamentalmente como “um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como estratégia para garantir a expansão do capital” (Martinelli, p.124, 2009). Com isso o indivíduo, mas especificamente os pertencentes à classe trabalhadora eram culpabilizados pela situação de pauperização que viviam, essa questão permeou a forma de enfrentar a questão social, como podemos observar na assertiva de Martinelli (2009)

A ‘questão social’, nesse enfoque, era vista de forma bastante reducionista, como manifestações de problemas individuais, passíveis de controle através de uma prática social cada vez mais nitidamente concebida como uma atividade reformadora do caráter. (MARTINELLI 1995, p. 114, grifo do autor, *in* MARTINELLI 2009).

Utilizando do legado de Montañó (2009) podemos afirmar que a questão acima abordada faz parte da perspectiva endogenista¹ do Serviço Social, para o autor referido esta visão “congela o desenvolvimento social, econômico e político e leva à consideração ou à interpretação dos “problemas sociais” como “disfunções”, desajustes que mantêm as mesmas características (aistoricamente) ao decorrer do tempo” (p.56)

Assim essa visão não percebe a lugar que ocupa o Serviço Social na ordem socioeconômico, constituindo assim um instrumento potencial para o sistema. O profissional é convocado a desenvolver ações neutras, inépcias, despossuídas de caráter político, crítico. Montañó (2009)

Em meados da década de 70 o capital passou por um período de crise exigindo da classe dominante novas estratégias para o enfrentamento desta. Nesse marco, surge o modelo flexível de organização da produção, este buscava uma flexibilização do mundo do trabalho, causando uma desregulamentação dos direitos do trabalho, além da flexibilização do modo de contratação dos trabalhadores, dando origem ao sistema de contratação temporário. Antunes (1995) *apud* Pastorini (2007) afirma que este processo causa uma “regressão dos direitos sociais”. De acordo com Pastorini (2007) a flexibilização do mundo do trabalho vem acompanhado de uma menor segurança de emprego, em que existe por parte do capital uma preocupação para se livrar das obrigações com a classe trabalhadora.

A reestruturação mundial do capitalismo rompeu com o “compromisso social” entre as classes antagônicas, desencadeando o processo de perda de direitos sociais, direitos estes que englobam os direitos trabalhistas. O mercado de trabalho ficou cada dia mais precarizado, a classe trabalhadora se viu diante da volta de formas antigas de trabalho despossuídas de garantias e direitos. Como salienta Iamamoto (2008b)

¹ A perspectiva endogenista: a primeira das teses sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social”. Autores como Herman kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, entre outros, aparecem como autores dessa tese. (MONTAÑO, p. 19-20, 2009)

Esse processo de “modernização da produção” vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural. (*idem*, p. 32)

Ainda nesse período de crise as ideias neoliberais são tomadas como a grande esperança para o sistema. Estas ideias preconizam a desarticulação dos sindicatos, com a finalidade de enfraquecer a mobilização da classe trabalhadora, o rebaixamento salarial, maior competitividade entre os trabalhadores. Contudo, isto não foi suficiente para abolir com a crise econômica que atravessava o capitalismo, o que se vê é o aumento das desigualdades sociais e do desemprego estrutural, bem como uma onda de privatização dos setores públicos, que agrava ainda mais o quadro social. (Iamamoto, 2008a).

Desta forma, a questão social passa a tomar novos contornos, o que fez com que o Estado procurasse ainda mais o trabalho dos assistentes sociais. Estes por sua vez tinham suas ações voltadas a manter a ordem do sistema, através de ações que aparentemente foram fomentadas para atender as necessidades da classe pauperizada², enquanto a essência dessas ações denunciava o verdadeiro interesse que era de “calar” a classe trabalhadora, tirar seu poder de organização de reivindicar seus direitos.

A classe burguesa não media esforços para apoiar a prática dos assistentes sociais, pois eram os seus interesses que determinavam os caminhos da prática social, “pois, numa conjuntura histórica especialmente complexa, em que a luta de classes tomava formas cada vez mais drásticas, sua preocupação permanente era de preservar seu domínio de classe, seu poder hegemônico” (Martinelli, p. 118, 2009). A estratégia do Estado para amenizar as tensões, utilizando do discurso em prol do bem-estar da classe trabalhadora estava baseada no desenvolvimento de políticas sociais subordinadas aos ditames econômicos, que por sua vez focaliza as políticas sociais à pobreza. Contudo, a pobreza não se limita apenas à esfera econômica.

A forma mais comum de mensuração da pobreza é o estabelecimento das linhas de pobreza/indigência, caracterizada através da renda. É importante salientar que além do caráter

² “O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exercício ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence aos *faux frais* da produção capitalista que, no entanto o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (MARX, 1985 *apud* IAMAMOTO, 2001).

econômico a pobreza apresenta a dimensão política e cultural, sendo que o primeiro fica mais explícito quando entendemos que ser pobre não é quando não possuímos renda, acesso a bens públicos e a capital social/ cultural, nos termos de Demo (2001), *ser coibido de ter*. O segundo se refere não possuir dois bens escassos o dinheiro e o poder, resultado da discriminação dos terrenos das vantagens.

A pobreza também esta intimamente ligada à organização da estrutura social e o nível de desigualdade social de determinado país, desta forma para analisar este fenômeno implica conhecer de que forma este esta relacionado com outros processos de empobrecimento (exclusão e vulnerabilidade social) e como a sociedade encara este problema. Desta forma as políticas sociais não devem está focalizadas apenas no critério econômico, pois deixa de perceber questões elementares para o atendimento eficaz das demandas da classe trabalhadora.

Percebe-se o paradoxo da profissão, ao mesmo tempo em que suas ações atendem as necessidades do proletariado, mesmo que de forma tímida, por outro lado às mesmas ações é instrumento potencial para manter a ordem do sistema, controlar os trabalhadores quanto à mobilização social, além de fortalecer mais e mais a classe burguesa. Esta questão trás para o Serviço Social uma série de desafios, exigindo ainda mais profissionais qualificados e capazes de perceber as contradições inerentes à sociedade capitalista atuando pela garantia de direitos da classe subalterna. Como podemos observar na seguinte citação:

(...) a atuação do Assistente Social tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela sua mediação de seu oposito. (IAMAMOTO & CARVALHO, p.75, 2009)

Acerca da discussão da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista no Brasil, podemos afirmar que este processo deu-se de forma diversificada dos países Europeus e dos Estados Unidos. Nestes países, este processo ocorreu através do desenvolvimento do campo industrial, entretanto no Brasil o grande responsável pela expansão do capitalismo foi à produção agrícola.

Concernente ao pensamento de Yamamoto (2008a) o país transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático. Esse fato aprofundou as disparidades econômicas, sociais, regionais, na medida em que favoreceu a concentração de capital na mão de poucos, dos quais impuseram e disseminaram seus valores, interesses e ideologias para toda a sociedade. O estado teve papel fundamental nesse processo desenvolvendo ações e disseminando ideologias a favor da classe dominante.

A industrialização no Brasil só se consolida no século XX, encharcada de valores conservadores, onde a classe trabalhadora era percebida como mero instrumento de trabalho, “supérfluos para o capital” (Yamamoto, p.15, 2001).

Yamamoto (2008a) apoiada no legado de autores como Chesnais (1996; 1999; 2001); Chesnais e Duménil (2003); Levy e Wallerstein (2003); Husson (1999); Harvey (1993; 2004; 2005a e 2005b), dentre outros autores, estabelece o conceito de mundialização do capital, que copila todas as questões supramencionadas. A mundialização do capital ocorre sobre as vias da associação das indústrias às instituições financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos, com isso é formado um comando que passa a controlar o processo de acumulação do capital, como consequência cria-se um modo específico de dominação social e política do capitalismo, apoiado pelo Estado.

A mundialização do capital compreende questões políticas, sociais, econômicas e ideológicas, com a finalidade de manter a ordem vigente. A autora em foco ressalta que desvendar os processos que constituem a mundialização é de extrema importância “para compreender a gênese da (re) produção da questão social, que se esconde por detrás de suas múltiplas expressões específicas que condensam uma unidade de diversidade” (p.114). A questão social é a matéria-prima do qual se debruça o trabalho do assistente social. É através da questão social engendrada pelo embate capital x trabalho que o exercício profissional do assistente social ganha materialidade, reafirmando a importância de historicizar o capitalismo e a gênese da questão social com o objetivo de identificar os rebatimentos destes na prática profissional do assistente social.

2.2 A questão social: categoria elementar para o exercício profissional do Assistente Social

O presente estudo neste item busca reconstruir o objeto de estudo deste trabalho os dilemas e desafios para a prática profissional do assistente social na contemporaneidade, tomando como suporte teórico a discussão realizada no item anterior. Entrever-se analisar os avanços pertinentes ao Serviço Social, no que toca a constituição e expansão da profissão, bem como os desafios postos na contemporaneidade para os assistentes sociais. Ressaltamos que tomamos a questão social como elemento principal, questão central para dissertarmos sobre a prática profissional do assistente social, e, ademais a materialização do projeto profissional.

Visto que entendemos a questão social como a matéria-prima de trabalho do assistente social, é na questão social que encontramos o “DNA” do Serviço Social e sobre a mesma o exercício profissional ganha materialidade. O trabalho do Assistente social atua na realidade social em seu movimento e contradição, ou seja, é mais que uma prática social, muitos autores a denomina de “práxis social”³.

Ante as temporalidades históricas de caráter desigual a questão social sofreu modificações no que diz respeito as suas manifestações, exigindo do assistente social um olhar mais aprofundado da realidade. Podemos afirmar que as expressões mais latentes da questão social na contemporaneidade são: “o retrocesso no emprego, à distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens”. (Iamamoto, 2008a)

Como podemos observar, as profundas alterações no cenário político, econômico e social no capitalismo contemporâneo têm colocado ao Serviço Social um leque de desafios, visto que estas transformações incidem diretamente na forma de tratar a questão social e no aparecimento de novas roupagens da mesma. Vale ressaltar que a raiz da questão social continua sendo a mesma, ou seja, a essência da questão social não mudou, o que percebemos é que nos dias atuais são novas manifestações desta engendrada ao longo da história.

³ “conjunto da sociedade em seu movimento e contradições”. (Iamamoto, p. 60. 2008b)

Concernente a essa questão iremos utilizar das contribuições de Netto (2001) para melhor explicitar essa discussão, este autor afirma que não existe uma “nova questão social”, o que “devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da questão social, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (p. 48). Em outros termos, é impossível o não aparecimento de novas roupagens da questão social; isto é, esta é um componente imanente ao capitalismo, assim, enquanto vingar a sociedade do capital, as desigualdades sociais inerentes ao desenvolvimento desta mesma sociedade persistirão.

Iamamoto (2001) segue a mesma linha de pensamento no que toca a “nova questão social” que Netto. A autora referida afirma que “a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações que o sustentam” (p. 21). Com o desenvolvimento e expansão do sistema capitalista, novas manifestações da questão social vão surgindo, elas estão presentes no âmbito do trabalho, nas diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, na garantia de direitos, nos serviços públicos de atendimento as necessidades básicas.

Como afirma Iamamoto (2008b) na atualidade estamos vivendo o processo de financeirização do capital que trás rebatimentos para o mundo contemporâneo em todas as esferas, principalmente na social “(...) a revolução tecnológica de base micro eletrônica e pela robótica, verificam-se profundas alterações no âmbito da produção e comercialização, nas formas de gestão da força de trabalho, na estruturação dos serviços comerciais, financeiros” (Iamamoto, p.112, 2008b).

Este processo acima descrito trás novas mediações históricas a questão social. Os rebatimentos trazidos por esse processo à questão social não diz respeito apenas à forma pela qual o Estado irá enfrentá-la, mas principalmente no segmento de novas expressões engendradas nesse novo cenário societário. O que exige do assistente social algumas mudanças na sua prática profissional.

Na cena contemporânea, o Estado atua sobre a questão social através de políticas governamentais focalizadas na pobreza, desconsiderando as esferas política e cultural que constituem a pobreza. “Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social” (Iamamoto, p.22, 2001). Associado a

política do Estado de incentivo fiscal a empresas que realizarem algum tipo de trabalho social, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil, o que se vê é o que Iamamoto (2008b) denomina como “nova filantropização”, não aquela feita pela Igreja católica, pautada na benesse, mas sim a filantropia industrial baseada nos parâmetros do mercado, ou seja, a mercantilização dos direitos sociais.

Em um cenário econômico e político oposto a lutas e conquistas o Serviço Social em meados dos anos 60 iniciou uma crítica ao Serviço Social “tradicional” este foi o passo inicial para as mudanças na prática profissional do assistente social. Netto (2005), nesse processo no âmbito do Serviço Social destaca duas vertentes, a conservadora e a mudancista. Na primeira, a prática profissional se configura pelas disfunções individuais e sociais, os objetos volta-se para a integração social, além da doutrina da Igreja Católica ceder lugar a correntes psicológicas como o positivismo e o funcionalismo. O segundo, a prática profissional parte de uma análise crítica da realidade possibilitando perceber as contradições e as necessidades de mudanças radicais.

Na década de 70 começa a ser colocada a perspectiva marxista no contexto do Serviço Social, o que favoreceu o aprofundamento de uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados, e a perspectiva de transformação social em evidência. Vale ressaltar que a autocracia burguesa nos termos de Netto (2005) coloca ao Serviço Social, muitos desafios, alterando substancialmente as demandas práticas no âmbito da sua natureza e funcionalidade. Ainda na década de 70, mas especificamente no ano de 1979, ocorre o movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro, este significa o rompimento com os padrões de intervenção e metodologia empregadas na prática, com fortes características funcionalistas e voltadas para uma abordagem focalizada em três dimensões: a abordagem de caso, grupo e comunidade, isto é, rompe com o conservadorismo, tendo sua prática voltada à defesa dos direitos sociais.

Netto (2005) afirma que o processo de Renovação do Serviço Social aconteceu em três períodos, perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. O primeiro momento está centralizado na tematização do serviço social como interveniente, dinamizador e integrador no processo de desenvolvimento; o segundo, caracteriza-se como a aproximação do Serviço Social com a base filosófica fenomênica; e o terceiro que ocorreu de fato apenas nos anos 80 construindo uma nova base teórico-metodológica, processo em que começa a esculpir o chamado projeto ético-político da profissão.

Contudo, a consolidação desse processo ocorreu nos anos 90 após lutas travadas ao longo dos anos 70 e 80. Este projeto foi materializado no Código de ética de 1993, da lei de Regulamentação da Profissão (8662/93), sancionada também no ano de 1993, além da proposta de Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social em 1996, formulada pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social- ABESS hoje ABPESS. Todavia, mesmo com a consolidação desse projeto as mudanças que ocorreram na sociedade, põem limites e desafios para o Serviço Social. Iamamoto (2009)

Segundo Iamamoto (2008b) “dar conta da questão social hoje é decifrar as desigualdades sociais de classes em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. Mas decifrar também as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais” (p.114). Ou seja, o desafio posto orienta-se em identificar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressam a questão social. Para tanto se faz necessário um profissional informado, crítico, propositivo, dinâmico, capaz de alcançar o rumo ético-político determinado pela conjuntura política, econômica e social na contemporaneidade.

2.2.1 Desafios para o Assistente Social no mercado de trabalho contemporâneo

Neste subitem pretendemos abordar os desafios e dilemas posto para o assistente social no tocante ao mercado de trabalho, bem com os novos campos de trabalho dos quais o assistente social está sendo convocado a atuar. Partindo do pressuposto que as transformações sócio históricas apresentadas nos itens anteriores influenciaram muito para a configuração do mercado de trabalho do assistente social na atualidade.

O trabalho do assistente social sempre esteve dentro da relação entre o Estado e Sociedade civil. A profissão ela surge para atender os interesses da classe dominante, desenvolvendo ações para a classe trabalhadora. O Estado recruta o trabalho do assistente social em nome da manutenção da ordem vigente. O trabalho do assistente social sempre esteve nesta relação seguindo os ditames do Estado, ao invés de garantir os direitos dos usuários, executando políticas públicas focalizadas, selecionando os mais pobres dentre os

mais pauperizados. Essa é uma questão que predomina nos dias atuais que se configuram como um dos maiores desafios para a profissão. Iamamoto (2008b)

O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O assistente social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento do “público ou clientela a ser atingida”. (IAMAMOTO & CARVALHO, p. 80, 2009).

Desde o surgimento da profissão até os dias atuais o Estado é o maior empregador do assistente social, contudo a esfera estatal é espaço público responsável por atender os interesses da sociedade civil, não é de fato um espaço público, pois nele os interesses e necessidades realmente atendidos são os da classe dominante. Desta forma o trabalho do assistente social se vê em uma relação paradoxal, em que deve “alargar as possibilidades de apropriação da coisa pública por parte da coletividade” (Iamamoto, p.79), ao mesmo tempo atender os interesses do Estado. O assistente social é um trabalhador assalariado inserido em precárias relações de trabalho o que coloca ainda mais obstáculos para o exercício profissional.

Como consequência desta questão, podemos destacar de acordo com Iamamoto (2008b) a dificuldade da materialização dos princípios éticos na atualidade. Esses desafios consistem em evitar que estes se transformem algo abstrato, destoante da realidade. Ou seja, evitar que os princípios éticos existam apenas em códigos, leis, mais que sejam colocados em prática. Por isso os assistentes sociais devem considerar o Código de Ética da profissão como instrumento basilar de seu trabalho, pois “os princípios constantes do Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria” (p.78)

Contudo, presenciamos uma ampliação do mercado de trabalho para o assistente, engendrado pelas novas manifestações da questão social. É sabido que o maior empregador do assistente social é o setor público, especialmente nas esferas estaduais e municipais, constata-se dessa forma uma interiorização da demanda, ou seja, a municipalização das

políticas públicas, que favorece a ampliação do mercado de trabalho, através de mecanismo de participação da sociedade civil como os conselhos de saúde, assistência social e previdência em todas as esferas do governo.

De acordo com Yamamoto (2008b) este campo de trabalho para o assistente social é diversificado, posto que expressa-se na criação de conselhos, incentivando desta forma a participação social, assessoria e consultorias no campo de políticas públicas e dos movimentos sociais, realização de pesquisas para o desenvolvimento social, dentre tantos outros.

Estas novas demandas das quais os assistentes sociais se deparam no mundo contemporâneo exige deste profissional qualificação seja de seus instrumentos técnico-operativos, como também das dimensões teórico-metodológico e ético-político. Como podemos observar nos estudos de Yamamoto (2008a).

Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (*idem*, p.208).

Caso os assistentes sociais não articulem uma dimensão a outra, valorize mais uma das dimensões, ou até mesmo escolher uma em detrimento da outra terá seu exercício profissional comprometido, prejudicando os usuários dos serviços, com uma prática fragmentada, que certamente não será capaz de identificar e atuar de forma eficaz sobre as demandas do usuário. Exigindo romper tanto com o teorismo estéril, que desconsidera os elementos da vida prática para a construção da teoria, quanto com o pragmatismo, que é a prática dissociada da teoria, “aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos” (Yamamoto, p. 80, 2008b).

Desta forma, o que se espera dos assistentes sociais é uma atuação voltada a descortinar as problemáticas do mundo contemporâneo, de forma crítica e posicionado em

prol dos sujeitos sociais, defendendo os direitos, reconhecendo-os como protagonistas das relações sociais.

Outra questão que merece destaque é o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Serviço Social, está é capaz de subsidiar uma prática de qualidade, posto que, possibilita a produção do conhecimento, bem como, abrir caminhos para descortinar a realidade caótica, favorecendo a prática profissional. . De acordo com Setubal (2007)

A pesquisa é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. (p.70)

Contudo, o que se percebe é que a pesquisa está avançando no âmbito acadêmico, no âmbito técnico o da intervenção, do contato direto com o sujeito social, está sendo desenvolvido de forma tímida, visto que existe uma visão de que a pesquisa é algo particular as Universidades, ou seja, no âmbito acadêmico. A prática investigativa possibilita o reconhecimento da essência da realidade posta para a intervenção e sem ela é bem provável que o profissional intervenha na realidade apresentada na sua aparência.

Esse é o pressuposto que sobre a influência da Teoria Social Critica de Marx foi elaborado. Baseia-se na pesquisa como fundamental para a formação e para a intervenção profissional. A práxis dialética diz respeito à articulação entre a análise da realidade e a prática interventiva, ou seja, não deve haver dicotomia entre a pesquisa e o fazer profissional, para que ambas sejam construídas solidamente.

Dessa forma, podemos dizer que o Serviço Social ao longo passou por um grandioso processo de transformação, em todas as dimensões. A forma pela qual executa sua prática, bem como as bases filosóficas empregadas na teoria, tudo isso passou pro um processo de renovação e transformações ao longo dos anos.

O exercício profissional do assistente social passou grandes mudanças decorrentes das transformações ocorridas no mundo do trabalho, o que exige cada vez mais profissionais críticos e propositivo como formação acadêmico-profissional sólida, atendendo os interesses e necessidades dos seus usuários. Os desafios são muitos para profissionais assalariados, com

postura ética determinada, que devem defender os interesses dos usuários em instituições que muitas vezes possuem princípios adversos aos seus, dos quais não são disponibilizados instrumentos e meios de trabalho capazes de alcançar de forma macro as necessidades presentes na realidade apresentada pelo usuário. Todavia, como observamos neste capítulo os avanços foram muitos, possibilitando o enfrentamento desses desafios, superando-os.

3 AS PARTICULARIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SOCIEDADE BURGUESA CONTEMPORÂNEA

3.1 A instrumentalidade do Serviço Social e seu significado para a prática profissional

Após exposição realizada no capítulo anterior sobre aspectos sócio-históricos e seus rebatimentos para o Serviço Social, temos como objetivo neste capítulo nos adentrarmos mais ao nosso objeto de estudo. O trabalho em foco tem como objeto os dilemas e desafios da prática profissional do assistente social a partir das categoriais práxis e instrumentalidade. Tomamos estas categorias como questão central para desvendar os dilemas e desafios da prática profissional do assistente social na atualidade. Partimos do pressuposto de que a prática profissional do assistente social está encharca de determinações históricas, marcadas pelos ditames econômicos e políticos da sociedade burguesa, em consequência, a instrumentalidade do Serviço Social encontra-se sobre o manto dessas determinações, interpondo-se sobre o exercício profissional.

Corroborando com Guerra (2009) “prática profissional, deve apreender, nas expressões universais da sociedade burguesa madura, as particularidades que se colocam à intervenção profissional e sob as quais a profissão constitui, desenvolve e realiza a sua instrumentalidade” (*idem*, p. 151)

Guerra (2009) analisa que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, contudo é no desenvolvimento das forças produtivas que a profissão altera suas funções, se modifica, se moderniza. Esta relação entre a divisão social e técnica do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas influenciam profundamente a instrumentalidade do Serviço Social, bem como a consciência dos profissionais quanto às particularidades da intervenção profissional.

Assim, situaremos questões essenciais para identificar os desafios e dilemas da prática profissional na atualidade. Vislumbra-se apresentar a categoria instrumentalidade, como elemento essencial para a prática profissional, partindo da compreensão da mesma como algo além de instrumentos técnico-operativos. Vale ressaltar que a práxis será considerada neste trabalho como categoria imanente, posto que a entendesse da seguinte forma “a prática

profissional não é uma práxis social, mas uma parte, uma atividade que se insere numa práxis social” (SANTOS, p.44, 2010). Não obstante, desmistificar a compreensão errônea que existe dentro da categoria sobre a relação teoria e prática, compreensão esta que influencia negativamente a intervenção profissional. Todavia, não deixaremos de expor os rebatimentos que a condição de profissional assalariado recoloca aos assistentes sociais.

A priori iremos dissertar sobre a instrumentalidade do Serviço Social, compreendendo a mesma “enquanto categoria constitutiva do ser social, que incorpora o modo de existência e consciência dos homens na sociedade capitalista” (GUERRA, p.162, 2009). A posteriori abordar como questão transversal de nosso objeto de estudo a relação teoria e prática, da qual entendemos como uma relação dialética. Por fim, discorreremos sobre os desafios enfrentados pelos assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados. Para fomentar nossa discussão utilizaremos da tese de Guerra (2009), da qual corroboramos e constitui-se como sustentáculo de nossa análise.

Com a complexificação da produção no país, o Estado vislumbra as possibilidades no racionalismo no sentido de manipular as contradições sociais. Assim, a instituição supramencionada cria e melhora um espaço sócio institucional a ser ocupado pelos assistentes sociais. Entretanto, os desafios conjunturais da década dos anos de 1980 fizeram com que este espaço se complexificasse. “Aqui a perspectiva racionalista reveste-se de tecnicismo e instrumentalismo exacerbados” (Guerra, p. 124, 2009).

A relação entre base material das relações de produção e instituições jurídicas e políticas, complexificam-se a cada dia, pois as relações materiais que condicionam as expressões ideais, se explicitam, constituindo uma forma de consciência reflexa, burocrática, tecnocrática. Guerra (2009) afirma que “o estabelecimento dos meios para efetivar o atendimento da questão social impõe ao Estado a reestruturação da “máquina” administrativa, implantando e implementando instituições, programas de ação, estratégias e instâncias técnicas” (p.130).

O estado ao incorporar os princípios cientificistas da racionalização do trabalho buscou operar e mediar às contradições entre capital e trabalho, pelo âmbito das políticas públicas⁴, transformando-a em um instrumento técnico-burocrático. O Estado mostra-se aqui

⁴As políticas sociais sejam elas públicas ou privadas são resultados de situações historicamente determinadas, de revoluções e crises econômicas e de reivindicações dos trabalhadores ocorridos durante a história. Elas em

não apenas como um elemento mobilizador, mas instituição movimentada pelas lutas travadas no processo histórico das classes antagônicas, ou seja, no processo de produção e reprodução da vida material. Seu espaço de atuação ultrapassa o âmbito político do estado em relação à classe trabalhadora, “para se constituir em instrumentos minimizadores das formas selvagens e violentas de exploração que caracterizam o nosso processo de trabalho” (GUERRA, p. 134, 2009)

Institui-se um espaço na divisão social e técnica a ser ocupado por um tipo específico de trabalhador, assalariado, que além de vender sua força de trabalho comercializa também um conjunto de ações direcionadas ao enfrentamento dos conflitos sociais, este profissional é o assistente social, responsável por executar as políticas sociais desenvolvidas com a finalidade de amenizar os conflitos de classe para manutenção da ordem na sociedade capitalista. O racionalismo do capital monopolista no Brasil na formulação de políticas sociais repercute diretamente na intervenção profissional do assistente social, pois esta é a base material sob a qual o profissional se movimenta, além de direcionar os contornos e ordenamentos à intervenção. Para Guerra (idem), a intervenção do assistente social está focalizada em atuar nas consequências geradas pelos desequilíbrios do sistema, o desenvolvimento das novas tecnologias, exigências do aumento da lucratividade, na polivalência do trabalhador, dentre outros.

Não podemos naturalizar funções históricas e socialmente construídas ao longo do processo de constituição da profissão com algo produzido independentemente do conjunto das relações sociais engendradas nos sistema capitalista. Esse fato se constitui numa das determinações do fetichismo do mundo burguês. Esse fetiche que envolve as representações que os assistentes sociais possuem da sua prática, fundam-se em bases materiais.

A inócua consciência sobre a base material que produz e mantém as representações, encaminha o assistente social a tomar os fatos e fenômenos como eles aparecem à sua consciência, transformando estes pressupostos em modelos de intervenção profissional. Guerra (idem) sustenta que ao renegar as discussões que tangem ao significado social e político, cuja profissão construiu suas bases, em detrimentos das formas de realizar a

grande escala constituem da síntese de elementos contraditórios que envolvem os interesses antagônicos das classes e mediatizados pelo Estado. (GUERRA, 2009).

intervenção como neutras, os assistentes sociais suprimem o conteúdo social de suas ações, além de incorporarem sem críticas as determinações da ordem burguesa.

Analisa a autora que, na sociedade capitalista os instrumentos e técnicas são considerados como mediações para a efetivação do trabalho do ser social. No entanto, acabam se transformando em mediações reificadas, ou seja, em instrumentos encharcados de valores ideológicos da sociedade burguesa. Os instrumentos criados pelos trabalhadores só adquirem caráter social se estiverem dentro do processo de produção coletiva, pois é característico da sociedade capitalista transformar as singularidades em meios de alcance das finalidades individuais. Sob o manto dessas determinações o assistente social cria instrumentos, meios reificados, ou seja, instrumentos encharcados com a ideologia capitalista.

Corroborando com Santos (2010):

A necessidade que põe finalidades põe também necessidade de buscar meios para efetivação dessas finalidades. A necessidade de buscar meios para realizar uma necessidade posta na finalidade faz com que os homens busquem alternativas que possibilitem a realização da finalidade, ou seja, busquem objetos que possuam características apropriadas à efetivação da finalidade dada. (*idem*, p. 57)

Concernente a essa questão Guerra (2009) explicita que de acordo com a teoria social crítica elaborada por Marx, toda forma de objetivação humana necessita de meios, instrumentos para se concretizar. Marx considera que o primeiro ato histórico é o trabalho, que na concepção desse autor é atividade capaz de criar meios, objetos, instrumentos através da natureza, capazes de atender as necessidades do homem, ou seja, a forma primária e privilegiada dentre suas objetivações, isto é, de práxis.

A autora sublinha que Marx compreende que o primeiro ato humano se efetiva na relação entre homem e natureza, deste modo às categorias da natureza e trabalho constituem-se na base das categorias sociais, porém no seu processo de objetivação, o homem, enquanto ser prático-crítico afasta-se cada vez da natureza e, ao fazê-lo vai superando sua relação originária e imediata com a natureza. O homem não é apenas um ser que se produz por intermédio do trabalho, mas um ser que se autoproduz, dado que humaniza o mundo natural e socializa-se a si mesmo, sendo capaz de projeta-se, criar finalidades.

A criação de instrumentos na sociedade capitalista está condicionada ao fetichismo que envolve as relações sociais. Ou seja, muitas vezes o que aparentemente apresenta-se na realidade são representações falsas, mascaradas pela ideologia capitalista. Trazendo a discussão para o âmbito do Serviço Social, a tendência que existe dentro da profissão de confundir a instrumentalidade do Serviço Social com os instrumentos de trabalho, atribuindo a este status superior aos outros componentes da prática foi materializada no processo de constituição da profissão, sobretudo no embate de interesses das classes antagônicas.

Assim, podemos afirmar que a construção de instrumentos que buscam atender uma finalidade na sociedade capitalista, seja no Serviço Social ou em outra instituição possui em sua essência a ideologia da sociedade burguesa, processo determinado historicamente, ao longo de constituição da profissão. É sabido que o Serviço Social apresenta caráter dual, ao tempo que surge como estratégia do Estado no tratamento da questão social, também é considerada instrumento potencial para contenção das mobilizações populares, desta forma “a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo capitalista quanto os nega e os supera” (GUERRA, p.159, 2009).

Parafraseando Guerra (2009),

A divisão social, técnica e intelectual do trabalho, enquanto formas pelas quais o antagonismo e a alienação se realizam, ao imprimir ao Serviço Social a instrumentalidade subjacente à ordem social capitalista assegura-lhe sua razão de ser. A dimensão instrumental da profissão, que se constitui na legalidade que ocupa maior âmbito e abrangência face a outras totalidades parciais, põe as particularidades e singularidades da profissão. (idem, p. 159)

Em consonância às análises da autora, em primeira instância a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas influenciados pelo movimento histórico da sociedade capitalista não se configuram como o modo ser do Serviço Social, pois são determinações exógenas à sua constituição. Entretanto, ao compor o projeto profissional como elementos fundamentais à objetivação das ações profissionais estes passam a ser endógenos, posto à definição dos meios adequados para alcançar finalidades. Os profissionais de Serviço Social ao atribuir status superior aos instrumentos de trabalho em

detrimento dos outros componentes da prática, dicotomiza-os do projeto profissional, o que acaba por tornar o que é acessório em essencial.

Concernente a esta questão utilizaremos do pensamento de Santos (2010), que afirma que o trabalho para se realizar pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios para a efetivação do trabalho. Os assistentes sociais compreendem os instrumentos de forma isolada do projeto profissional, das teorias que subsidiam este projeto, esta é uma questão que decorre da compreensão dicotômica sobre a relação teoria e prática. A autora referida afirma a importância de situar os instrumentos não de forma isolada, mas como um dos elementos que constitui a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Para ela, os profissionais, contraditoriamente, defendem a relação de unidade entre as três dimensões, mas não reconhecem as suas diferenças, o que supõe a consideração da unidade entre as dimensões da profissão como identidade.

O Serviço Social foi por muito tempo considerado como uma profissão técnica por exercer funções executivas, ao ser enquadrado como tal os assistentes sociais pensam que pode se eximir da compreensão teórica. Esta rejeição da teoria compromete a qualidade da intervenção profissional posto que, entendemos que “a teoria oferece a análise das experiências, os estudos das condições objetivas” (SANTOS, p. 32, 2010).

A mesma necessidade que põe finalidades também põe necessidades de buscar meios para a efetivação das mesmas, ou seja, requer que busquem objetos característicos apropriados à efetivação da finalidade dada. Assim, esse movimento faz com que os homens aprimorem os conhecimentos necessários à busca dos meios (frutos da observação, da acumulação de experiências no trabalho e na vida) para atender às necessidades e desenvolver as habilidades necessárias para atingir os fins propostos. (SANTOS, 2010).

Lukács (apud Guerra, 2009), avança nessas considerações ao estabelecer a relação entre causalidade e teleologia no processo de trabalho. Ao apreender as leis causais e autônomas da natureza, pela via do pensamento e submetê-las às suas necessidades, os homens constroem a história. A história por sua vez é o resultado da ação dos homens sobre a realidade, no sentido de concretizar suas finalidades, ainda, que para isso devam atuar sobre as relações causais que são impostas, no sentido de modificá-las.

A dimensão teleológica é de fundamental importância no processo de criação dos meios, todavia apresenta duas faces, de um lado, é constituinte e constitutiva do ser social, possibilitando ao homem desenvolver seu caráter crítico transformador; de outro, se depara

com os limites postos pelas condições materiais e objetivas da realidade. Pilar este onde o trabalho se desenvolve, ou seja, o sistema capitalista. Ou seja, a teleologia está constantemente se relacionando com a causalidade, visto que esta ganha materialidade na realidade; realidade esta caótica repleta de valores ideológicos da classe burguesa.

Segundo a autora supracitada “a atividade da consciência contempla ao mesmo tempo dois momentos diferenciados que mantêm-se articulados entre si: a produção de conhecimento e o estabelecimento de finalidades” (p. 183). A capacidade teleológica dos sujeitos permite ultrapassar a realidade dada, bem como as possibilidades que a realidade porta, sendo que o momento de culminação do processo do conhecimento se encontra na práxis⁵.

Consoante ao pensamento de Lukács, Santos (2010) ressalta que a passagem da teoria à prática é intrínseca à passagem da teleologia à causalidade posta, ou seja, do campo da possibilidade ao da efetividade, da finalidade ideal à real, pois, de acordo com Marx, a teleologia é imanente à práxis humana e é o que o distingue dos demais animais, haja vista que o homem busca atingir seus objetivos por meio de uma ideação prévia. Sabe-se que a posição teleológica tem por limite as determinações da causalidade. E, apesar da teleologia estar no âmbito do pensamento e a causalidade no da matéria, as duas estão intimamente atreladas. A finalidade incide sobre uma matéria (orgânica ou inorgânica) almejando transformá-la. Sendo que as determinações que constituem a causalidade limitam a finalidade, ou seja, podem ser motivo da escolha de alguma finalidade.

A transformação de uma realidade objetiva – causalidade – em uma causalidade posta pela teleologia deve-se pôr um fim e encontrar os meios que possibilitem a sua efetivação. Logo, para que a realidade se torne ato, é preciso criar, buscar e modificar os meios para transformar a causalidade dada em causalidade posta. Contudo, “à medida que a ordem social se complexifica, a causalidade e previsibilidade contempladas [...] já não são suficientes para explicar os novos fenômenos, processos e relações sociais que aí aparecem” (GUERRA, p.163, 2009). E esta análise da autora é o que percebemos na contemporaneidade, à medida que as relações sociais são produzidas e reproduzidas na sociabilidade do capital em crise, aceleram e agudizam as desigualdades sociais, a precarização no mundo do trabalho. As relações entre as classes antagonicas se complexificam exigindo criação de instrumentos, meios capazes de transformar a causalidade dada em causalidade posta. Desta forma, é

⁵ Atividade prática transformadora da realidade natural e/ou social. (GUERRA, p.158, 2009)

indispensável que o assistente social tenha na reflexão ética, política e teórica a escolha dos instrumentos necessários à atuação profissional. Não obstante, considerar o conhecimento teórico como elemento essencial para a construção do instrumento é indispensável à efetivação do trabalho. Segundo Santos (idem), “não basta escolher os meios, é preciso aplicá-los” (p.83).

3.2 Teoria e Prática: unidades constitutivas da Práxis

Elucidaremos aqui, questões referentes à relação teoria e prática no âmbito do Serviço Social, posto que a errônea compreensão desta relação rebate na instrumentalidade do Serviço Social e, conseqüentemente, no exercício profissional do assistente social. Neste estudo, consideramos a relação teoria e prática à luz do materialismo histórico e dialético⁶. Iamamoto (2009) entende a relação teórico-metodológica como um modo de ler e interpretar a sociedade e os elementos que constituem suas particularidades, assim como uma forma de se relacionar com o ser social, uma relação entre o sujeito que busca o conhecimento e o objeto investigado. Desta forma, teoria e prática devem ser consideradas unidades complexas, todavia apesar de formarem uma unidade existem diferenças entre ambas, as quais determinarão o âmbito de cada uma delas.

De acordo com Santos (2010), o conhecimento está ligado à atividade humana prática. Assim, podemos afirmar que a prática é o espaço onde se origina, realiza e confronta-se o conhecimento, a prática possui terrenalidade, materialidade, lugar onde se põe a realidade. Sendo assim, a teoria solta da realidade não pode formar densidade; está só é possível com o contato direto com a realidade. A teoria sem a terrenalidade, ou seja, sem a prática dos homens se torna uma fundamentação esvaziada. Posto que para o materialismo histórico

⁶“Materialismo porque parte do pressuposto de que a realidade é anterior ao pensamento, a matéria precede o conceito ela existe antes de existir um pensamento sobre ela. Dialético porque parte de uma explicação do ser em todas as suas modalidades, como uma totalidade em permanente movimento. Histórico num sentido duplo, primeiro porque essa explicação é específica a sociedade, a história e a cultura, ou seja, ao ser social, segundo porque toma o objeto como um componente do processo histórico isto é os indivíduos são um produto social, a sociedade muda as idéias”. (SANTOS, p 17, 2010).

dialético a teoria se caracteriza como o âmbito da produção do conhecimento. Ela oferece as análises das experiências do real, o estudo das condições objetivas.

A autora em destaque fundamentou seu estudo a partir do legado da tradição marxista, teoria que renovou o Serviço Social. A Teoria Social Crítica elaborada por Marx aborda uma concepção peculiar sobre teoria e prática, serviu como sustentáculo para a construção de um novo projeto profissional. A existência de um projeto profissional pautado numa direção ético-político define a prática profissional do Serviço Social constituída pelas causalidades (condições objetivas) e pela teleologia (finalidade). Como a prática profissional do assistente social trata-se de uma posição teleológica que atua sobre sujeitos da sua própria história a escolha de uma finalidade, e os meios existentes a serem mobilizados exigem igualmente um conhecimento sobre os sujeitos envolvidos no processo. A teoria nesse processo tem papel fundamental, pois é ela que possibilita conhecer e pensar as mediações, ou seja, ter conhecimento dos fenômenos apresentados por eles nas relações sociais e pessoais que envolvem seus valores, cultura, preconceitos, juízos dentre outros.

Contudo, o que presenciamos por parte dos assistentes sociais é a falsa compreensão da relação teoria e prática. Tomando como base o pensamento de Guerra (2009), a dicotomia entre a teoria e prática no Serviço Social advém da inserção da profissão em foco na divisão social e técnica do trabalho, como também pela cisão entre o trabalho manual e o intelectual na sociedade capitalista, estes são fatores exógenos a instituição Serviço Social que trouxeram rebatimentos para o mesmo. Os profissionais ao serem moldados pela sociabilidade burguesa como executores eximiram-se do conhecimento teórico como elementar para o exercício profissional. Este fato recai na eliminação das particularidades que medeiam os fenômenos. “A teoria, reduzida a um método de intervenção e caucionada pela experiência, ao extrapolar o âmbito do pensamento, objetiva-se numa prática burocratizada” (*idem*, p. 172).

Santos (2010) sintetiza relação dialética entre a teoria e prática da seguinte forma:

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto, e a prática é o processo de constituição desse concreto, teoria é a forma de atingir pelo pensamento a totalidade, e a expressão do universal, ao mesmo tempo em que culmina no singular e no universal. E pela teoria que podem desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e desde volta-se ao singular. A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto,

gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. (*idem*, p.27)

Reafirmando o pensamento da autora supramencionada, Guerra (2009) apresenta a relação de unidade entre teoria e prática. Para esta autora as necessidades práticas ou o conjunto de atividades operadas por sujeitos na produção da sua vida material e na reprodução das relações sociais são constitutivas da sociedade na qual os assistentes sociais inserem-se. Desta forma, as ações práticas desenvolvidas na vida cotidiana pelos assistentes sociais são fundamentais para a construção da sociedade, todavia, estas ações devem estar pautadas em elementos teóricos, pois estes oferecem conhecimentos concretos das determinações existentes na realidade.

A teoria é a reprodução do objeto no sentido do objeto já ser um produto, já fazer parte da realidade, já existir, ou seja, a teoria o reconstitui pelo pensamento. A sua produção não é dada pela consciência, mas na prática podendo ser, contudo, reproduzido no âmbito da razão a partir do momento em que o objeto do conhecimento já existe no mundo. A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens nos processos de conhecimento e na atividade transformadora, o conhecimento visa à transformação que é a prática social. (SANTOS, 2010).

Assim, elucidamos que a necessidade de compreensão da relação de unidade teoria e prática. Do contrário se persistirem equívocos sobre esta unidade, a qualidade do exercício profissional do assistente social estará comprometido, pois recairemos nos termos de Iamamoto (2008b) no teorismo estéril e pragmatismo. O primeiro que desconsidera os elementos da vida prática para a construção da teoria, o segundo diz respeito à prática dissociada da teoria. Ressalta Santos (*idem*), o caso de uma prática profissional como a do Serviço Social, a teoria permite que o sujeito, assistente social, apreenda seu objeto de ação, seu movimento, sua direção, suas contradições, enquanto a condição da prática na sua relação com o conhecimento é a de proporcionar o objeto do conhecimento, como também o critério de verificação da verdade.

Aqui, a teoria revela os fundamentos, as condições e os objetivos da prática. Transformar a finalidade em resultados requer, também, um conhecimento do seu objeto, dos meios e instrumentos para transformá-los e das condições das possibilidades dessa realização.

É a teoria que oferece a análise das experiências, o estudo das condições objetivas. Se isto não se efetivar na prática, os assistentes sociais não participarão da criação e utilização dos seus instrumentos de trabalho, o que dificultará sua prática interventiva. Entretanto, Santos referencia que a ação profissional depende também das “circunstâncias sociais objetivas”, sobretudo as institucionais, por se tratar de um trabalhador assalariado.

Guerra (2009) afirma que a instrumentalidade comparece tanto como necessidade histórica da vida cotidiana, quanto como decorrência necessária de um modo específico de relação social numa sociedade historicamente determinada: a ordem burguesa consolidada. É no cotidiano profissional do assistente social que a sua instrumentalidade se materializa, o que faz com que desse mesmo cotidiano emergem mediações que lhe requisitam níveis de racionalidade mais elevados.

Corroborando com Santos (2010) podemos afirmar que na prática profissional do Serviço Social, entendida aqui como uma das expressões da práxis social - portanto, como uma das formas de objetivação humana que tem por particularidade desenvolver uma posição teleológica do tipo secundária, ou seja, que visa a influir sobre outros seres humanos, sobre seus comportamentos e sua consciência, dois elementos merecem igualmente destaque na passagem da teoria à prática: a finalidade e os meios.

É importante aludirmos que na assertiva dos profissionais que na prática a teoria é outra, o que pretendemos expressar a partir das autoras que têm sustentado teoricamente nosso estudo é que os conhecimentos que se aprendem nas universidades estão distantes das necessidades postas pelo mercado. Na contemporaneidade o mercado de trabalho vem colocando muitos desafios e dilemas para a categoria profissional: a condição de trabalhador assalariado, precarização do mercado de trabalho, relativa autonomia. A escassez e ausência de meios e instrumentos necessários ao mercado de trabalho interferem no modo de se executar a prática. Destaquemos, portanto, alguns elementos que revelam a condição do assistente social como trabalhador assalariado.

3.2.1 A condição de trabalhador assalariado: limites e possibilidades para prática profissional

Ora, a condição de trabalhador assalariado coloca aos assistentes sociais muitos desafios. Problematizaremos neste subitem a condição de assalariado do assistente social, bem como a contradição existente entre esta condição e o projeto profissional do Serviço Social.

O assistente social no mercado de trabalho dispõe de uma relativa autonomia, que por sua vez se localiza sobre a compra e a venda dessa força de trabalho especializada pelos diferentes empregadores. São estes empregadores que determinam os rumos da intervenção profissional, apontando quais necessidades devem ser atendidas, limita o espaço de atuação, em qual expressão da questão social a intervenção deve ser privilegiada. “É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora”. (IAMAMOTO, p. 215, 2008a).

Segundo Guerra (2009), o assistente social ao transformar sua força de trabalho em mercadoria, através da prestação de serviços, o trabalho concreto, transforma-se em trabalho geral, ou seja, parte do investimento capitalista. Desenvolvendo esta ideia Iamamoto (2008a) ratifica que o assistente social ao ingressar no mercado de trabalho, vende a sua força de trabalho, mercadoria essencial para o sistema capitalista que possui valor de uso, pois atende a necessidades sociais e também valor de troca expresso no salário.

Para Guerra (2009), além de vender a sua força de trabalho, o assistente social leva consigo uma série de procedimentos técnicos, parte da especialização deste profissional, como podemos observar na seguinte assertiva.

Como parte constitutiva da sua força de trabalho, o assistente social vende um conjunto de procedimentos histórica e socialmente reconhecidos, que tanto determina as condições de existência da profissão quanto circunscreve previamente a intervenção profissional. Este é um dos traços que atribui particularidades à profissão. (*idem*, p. 155)

Desta forma, é possível afirmarmos que a condição de trabalhador assalariado impregna o trabalho de dilemas e desafios que afetam a classe trabalhadora historicamente. E

é nesse complexo e tenso cenário que se descortina o exercício profissional do assistente social. De acordo com Iamamoto (2008a) “ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas ações” são os empregadores que determinam suas atividades, quais instrumentos serão utilizados para alcançar finalidades, qual expressão da questão social será foco da intervenção. Contudo, existe outra força que tensiona o trabalho do assistente social, esta força são as necessidades sociais dos sujeitos, posto que a matéria da qual se debruça a atuação profissional do assistente social é o homem, ser pensante, transformador da sua própria realidade, histórico. Desta forma, o produto final do trabalho desse profissional consiste em provocar alterações na vida daqueles que procuram pelos seus serviços. (Iamamoto, 2008a); (Guerra, 2009)

Todavia, o produto final da intervenção que é transformar o cotidiano daqueles que procuram os assistentes sociais, só é possível se resguardada a relativa autonomia, que por sua vez só é possível através da coletividade, da mobilização da categoria. Iamamoto (2008a) salienta que para resguardar a relativa autonomia faz-se necessário potenciá-la mediante o projeto profissional encharcado de história e embasado em princípios humanistas, com sustentação em forças sociais. Não obstante, na defesa da sua relativa autonomia o assistente social conta com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, que possui regulamentações determinando atribuições privativas e competências que devem ser executadas apenas por estes profissionais. “Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado” (p. 422).

Diante desta análise é válido afirmar que verificamos uma tensão entre o projeto profissional que afirma o assistente social como um profissional dotado de liberdade e teleologia e a condição de trabalhador assalariado, em que suas ações são condicionadas pelos empregadores e pelas condições externas aos sujeitos; isto é, condições determinadas pelo sistema capitalista, colocando assim para a profissão o clássico dilema nos termos de Iamamoto (2008a) entre teleologia e causalidade. Este dilema entre teleologia e causalidade, bem como a tensão entre o projeto ético-político da profissão advém da seguinte problemática como destaca Iamamoto (2008a), o exercício profissional do assistente social realiza-se pela mediação do trabalho assalariado que tem no Estado e nos organismos privados suas bases de sustentação, o que atinge de forma substancial a profissionalização do Serviço Social.

A autora supracitada salienta que este dilema é totalmente absorvido pelos profissionais de campo, como exaustivamente dissertado no item anterior este fato é subjacente a errônea compreensão sobre teoria e prática, em que os assistentes sociais os compreende como elementos dicotômicos. Verificando assim um embate entre o exercício profissional do assistente social controlado pelos empregadores, as necessidades dos sujeitos de direitos e a autonomia do assistente social, com isso podemos dizer que é neste cenário conflituoso que a prática profissional do assistente social ganha materialidade; prática esta sujeita a determinações históricas “que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho” (Iamamoto, p. 424, 2008a).

Como dissertamos nos itens anteriores a instrumentalidade do Serviço Social é condicionada pelos valores ideológicos da classe dominante, influenciado pelas determinações sócio histórico, submisso aos ditames econômicos. Podemos dizer que o projeto ético político da profissão, instrumento que representa a luta coletiva da categoria profissional contra o Serviço Social tradicional, surgiu como instrumento potencial para romper com essas determinações defendendo a abordagem crítica da realidade. Nele estão contidos princípios que coloca o usuário e o profissional de Serviço Social como sujeitos de direitos, dotado de historicidade, liberdade, transformador da sua própria realidade, princípios estes que destoam com a condição de assalariado do assistente social posto que, limita a autonomia do profissional, o que rebate no alcance da intervenção na vida do usuário. Diante disto podemos afirmar que o projeto ético-político da profissão materializado nos anos 90 é símbolo da luta dos assistentes sociais pela garantia de direitos.

O Brasil é um país que não conhece o significado pleno da palavra direito, estes são burlados a todo o momento em nossa sociedade, a concepção de direitos é limitada compreendendo-os apenas como os direitos civis, políticos, sociais, contudo para alcançarmos a cidadania plena há muito que ser feito, pois na sociedade em que vivemos onde os valores são ditados pelo sistema econômico àquele que não possui poder aquisitivo tem seus direitos burlados, a lógica do cidadão cliente.

Tomando como base o pensamento de Behring e Boschetti (2008) podemos afirma que o projeto Ético Político é resultado de um longo e coletivo processo de lutas travadas historicamente pela categoria profissional, os princípios nele contido orientam tanto a formação acadêmica quanto o exercício profissional. Para as autoras referidas à perspectiva de

direitos e cidadania orientada pelo projeto Ético Político da profissão compreende duas dimensões, a teórica que vem sustentado um padrão de direitos, cujos princípios reforçam aqueles expressos no referido projeto, quanto a político-profissional em que a categoria profissional vem lutando para disseminar a concepção de direitos orientados pelo projeto Ético Político.

Ainda utilizando das contribuições de Behring e Boschetti (2008) estas apontam questões essenciais que estão contidas no projeto Ético Político da profissão para a consolidação dos direitos na sociedade capitalista.

A nossa concepção de cidadania pressupõe instituir direitos que se pautem pelos seguintes princípios: universalização do acesso aos direitos, com superação da lógica contratualista do seguro social que ainda marca a previdência, de modo a fazer dos direitos uma via para a equidade e justiça social; qualificação legal e legitimação das políticas sociais como direito, pois só por esse ângulo é possível comprometer o Estado como garantidor da cidadania Telles (1999) (apud Behring, p. 196, 2008)

Assim podemos afirmar que existe uma tensão entre a condição de trabalhador assalariado e o projeto profissional do assistente social, o segundo apresenta uma concepção de direitos que é destoante da concepção predominante na sociedade capitalista. Esta questão aumenta os desafios para os assistentes sociais, dos quais se localizam constantemente em relações duais, que determinam seu modo de ser. O assistente social é um profissional assalariado, contudo no projeto profissional é considerado como um profissional liberal dotado de liberdade; o projeto profissional do Serviço Social defende a garantia de direitos universais, por sua vez o sistema capitalista defende a lógica do cidadão cliente, ou seja, o profissional está sobre um dilema, seguir a ordem vigente, aceitar as determinações dos empregadores ou materializar na prática os princípios do projeto Ético Político da profissão?

Um elemento central para responder tais questionamentos é o papel da ética na sociedade condicionada pelo fetiche da classe burguesa. A ética é uma categoria elementar, constitutiva e constituinte do ser social, desta forma consideramos que a mesma está presente em toda a discussão abordada no presente trabalho, para fundamentar essa análise utilizaremos das contribuições de Barroco (2008).

A autora referida considera a ética como algo construído historicamente, no âmbito da filosofia, sendo o objeto a moral. Está é capaz de apreender a partir das determinações sócio-histórica as categorias ético-morais. A reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade, não tendo como objetivo responder de forma imediata as suas necessidades, a reflexão ética possibilita na prática profissional a leitura crítica da realidade, em que os profissionais não percebem os fenômenos tais como eles aparecem, desconstruindo a falsa consciência sobre determinado fenômeno.

Esta autora ressalta que quando “a ética não exerce essa função crítica pode contribuir de modo peculiar, para a reprodução de componentes alienantes; pode colocar-se como espaço de prescrições morais; favorecer a ideologia dominante, **dentre outros**” (BARROCO, p. 56, grifo nosso, 2008). Como reflexão crítica a ética faz juízos de valor sobre a realidade, mas seu caráter teórico-metodológico não permite que os valores sustentem a fundamentação da realidade, deve apreender na realidade concreta, as tendências e possibilidades para a vigência de valores que servem lhes de orientação ética.

Barroco (2008) realiza uma importante reflexão da qual os assistentes sociais devem utilizar no seu exercício profissional, a autora supracitada aludi que a ética realiza sua natureza propiciadora da relação humano-genérico quando consegue apreender criticamente os fundamentos dos conflitos morais e os condicionantes da alienação; a relação entre singularidade e universalidade dos atos éticos-morais. Portanto o papel que ética ocupa em tempo de capital fetiche é de possibilitar um olhar crítico da realidade, onde os valores que são tidos como essenciais na sociedade burguesa não podem ser tomando como fundamentação da realidade.

Consoante a esta ideia Santos (2010) elucida que dentro das sociedades, existem os comportamentos ético-morais que são provenientes das atribuições de determinados valores e devido às posturas ético-políticas da ação profissional. Na sociedade contemporânea, a moral acaba por desempenhar uma função ideológica, que pode ser vinculado tanto à dominação quanto a liberdade, sendo essa última em alguns casos inexistente devido ao fato dos indivíduos terem que seguir normas que são outorgadas e funcionam como algo que domina e apreende. A autora referida constatou que a ética está presente em todas as escolhas do ser social, mesmo este não tendo consciência desse caráter ético. Isso porque a consciência e a responsabilidade são elementos necessários para a construção da ética. Quando o ser social tem a liberdade de realizar escolhas e assumi-las, isso representa uma forma de

compromisso/responsabilidade configurando o caráter político, ou seja, representa uma articulação entre política e a ética.

Assim para superar/amenizar os dilemas posto na prática profissional temos que tomar a categoria ética como transversal para a intervenção profissional, a ética possibilita ao assistente social encarar os fenômenos sociais de forma crítica, entender a historicidade que determinaram tal fenômeno e não atuar de forma imediata sobre o mesmo compreendo-o na sua aparência. Este olhar crítico é fundamental na sociedade capitalista, pois os instrumentos e valores são reificados, ou seja, encharcados de valores ideológicos da classe burguesa, e nós assistentes sociais como está legitimado no projeto Ético Político da profissão temos o papel de garantir direitos, de reconhecer o homem como ser social, dotada de liberdade, valor, história, capaz de transforma a si e a natureza. Isto é, o profissional deve seguir os preceitos éticos da sua profissão, pois por mais que categoria dos assistentes sociais não seja homogênea e coadunam do mesmo pensamento, historicamente está categoria deve papel fundamental para o avanço da concepção de cidadania em nosso país, e é isto que nós profissionais contemporâneos devemos dá continuidade, lutar coletivamente pelos nossos direitos enquanto profissionais, defendendo a nossa relativa autonomia, bem como defender os direitos daqueles que procuram os nossos serviços, realizar uma prática profissional onde as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa estejam sempre associadas e em relação de complementariedade.

4 IDENTIFICANDO OS DILEMAS E DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA INTERLOCUÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Neste capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa empírica realizada com os profissionais de Serviço Social nos CRAS's das cidades de Santo Antônio de Jesus, Cachoeira e São Félix-BA. O processo de análise será realizado através da interpretação dos dados. Estes dados consiste no discurso dos profissionais entrevistados que nos possibilita realizar o diálogo entre os resultados obtidos com análise de discurso e o estado da arte que versa sobre o assunto. Ou seja, referendamos a nossa análise na pesquisa bibliográfica disposta nos capítulos anteriores.

Todavia vale ressaltar que é necessária a pesquisa bibliográfica sobre a Política de Assistência Social no Brasil, mesmo que não se configure como nosso objeto de estudo, é com os profissionais executores desta política que será desenvolvida a pesquisa de campo. Desta forma, neste primeiro momento realizaremos um breve estudo sobre a Política de Assistência no Brasil, posteriormente abordaremos a discussão dos dados da pesquisa de campo.

4.1 Apreciando a Política de Assistência Social: Gênese e Mudanças

De acordo com Sposati (2008) na década de 1930, Getúlio Vargas com sua política populista, fortemente influenciada pelos preceitos fascistas tinha propósito de defender a conciliação de classes, mostrando assim sua opção de sossegar os trabalhadores e favorecer os patrões. Nesse período, começou a se desenvolver o sistema de proteção social no Brasil.

As políticas sociais sejam elas públicas ou privadas são resultados de situações historicamente determinadas, de revoluções e crises econômicas e de reivindicações dos trabalhadores ocorridos durante a história. Elas em grande escala constituem da síntese de elementos contraditórios que envolvem os interesses antagônicos das classes e mediatizados pelo Estado.

Assim, nesta complexa dinâmica de relações e processos sociais que emergiram desde a década de 1930 começou a gestar o sistema de Proteção Social no Brasil. Ante aos problemas sociais engendrados no país, por conta do processo de industrialização que gerou desequilíbrios no sistema, o desenvolvimento das novas tecnologias, exigências do aumento da lucratividade, na polivalência do trabalhador, fez-se necessário desenvolver estratégias para tratar desses problemas.

A primeira Instituição assistencial desenvolvido no Brasil como política governamental ocorreu na década de 1940 com a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Com a finalidade de prestar serviços assistenciais às famílias dos convocados para 2ª guerra mundial a instituição era dirigida, estatutariamente, pelas primeiras damas. De acordo com Sposati (2008) seu estatuto foi reformulado algumas vezes a fim de alcançar novos desígnios no trabalho que era desenvolvido. Deste modo, a primeira reformulação adveio com o fim da guerra em 1946, que assentou como foco a defesa da maternidade e da infância, sendo estendida posteriormente a ações relativas à educação da mulher para o trabalho e problemas oriundos do êxodo rural.

Novas reformulações no Estatuto ocorreram ainda em 1966 e em 1979 com a finalidade de adequar as instituições às transformações da política social brasileira, como conseqüência da unificação dos institutos de aposentadorias e pensões em 1966 e da criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS em 1977. No entanto, faz-se necessário salientar que suas ações exibiam um caráter de caridade e não de garantia de direitos. Do mesmo modo, o segundo serviço de assistência desenvolvido após a LBA, configurou-se na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Este nasceu como alternativa para melhoria do atendimento prestado aos adolescentes que, em sua maioria era, até então, desenvolvida por iniciativas privadas, sobretudo de cunho religioso.

O fato é que essa realidade da assistência atuando em uma relação ambígua na previdência perdeu por algum tempo, mais precisamente até a Constituição Federal de 88 (CF de 88). Movimentos sociais mobilizavam-se na década de 1980 para que a assistência social assumisse caráter de política social e fosse reconhecido como tal, legitimando assim, sua autonomia e espaço próprio de desenvolvimento e atendimento à população na garantia de seus direitos.

Nessa perspectiva, a proteção social desenvolvida no país possuiu três fases. A primeira citada no limiar do texto expressa um modelo de proteção social fundado na

assistência, a qual se caracteriza por uma ação desenvolvida com um contorno caritativo, portanto numa perspectiva de cidadania invertida. Nela o indivíduo é visto pelo Estado como incapaz de exercer inteiramente sua função de cidadão, trata-se de ter acesso aos benefícios por não possuir nenhum direito garantido. A segunda, presente em meados do século XX com os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPS, consiste no seguro social, o qual caracteriza-se pela cidadania regulada, pois se destina apenas à população que possui carteira assinada e contribui para previdência social. Por fim, a terceira apresentou-se ao país com o advento da Constituição Federal de 1988, pois caracteriza-se como seguridade social e sua proposta consiste em uma cidadania plena onde todos tenham acesso ao mínimo vital que deve ser garantido pelo Estado. Sposati, Falção, Fleury (2008)

A Assistência Social foi, portanto, durante um longo tempo associada ao favor por estar relacionada ao clientelismo desenvolvido por alguns presidentes do Brasil. Essa situação enraizou-se no país, como afirma Couto (2010), e até hoje a ideia de assistência social como benemerência ainda perdura no imaginário da população brasileira. Tornou-se assim, uma política marginal, considerada secundária e pouco relevante. Somente a partir da Constituição de 1988 essa imagem da assistência foi modificada, porém, com muitas limitações e dificuldades de serem desenvolvidas devido ao advento do neoliberalismo na década de 1990.

A Constituição de 1988 incluiu o conceito de seguridade social no sistema de proteção social a ser desenvolvido a partir de então no Brasil. Nele, as políticas de Previdência Social, Saúde e Assistência deveriam compor o tripé da seguridade social, a fim de trabalharem conectadas. Com ele a assistência social passa a ser concebida como proteção social não contributiva e de direito daqueles que necessitarem. A assistência, a partir de então, passou a ter um sentido de direito e de conexão com outras políticas públicas e como tais tornou-se dever do Estado e não mais ações isoladas e eventuais com o propósito de angariar votos.

Sposati (2009) destaca que a Constituição de 1988 consiste afirma num modelo que deve ser seguido, no entanto, o fato de estar presente na Carta Magna não implica afirmar que ela seja desenvolvida do mesmo modo, mesmo porque a descrição feita da seguridade social no documento é vaga e não delinea conexão das políticas que compõem a seguridade, o que dificulta a identificação desta como dever do Estado e direito do cidadão.

Com o intuito de criar meios de efetivação das ações relacionadas à assistência social foi criada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004. Almejando torná-la visível como política pública

oferecida a quem dela necessitar, a assistência social foi tomando novo formato no início da década de 1990. Entretanto, o contexto político do período impediu o efetivo desenvolvimento da política. Podemos afirmar que mesmo com significativa conquista, as determinações políticas e econômicas neoliberalista do período, limitou o desenvolvimento e efetividade desta política, tornando-a focalizada, restringindo assim o alcance universal dos serviços aos usuários.

Nessa perspectiva, as primeiras mudanças que ocorreram com a inclusão da assistência social como política pública e integrante da seguridade social, foram a “responsabilização do órgão público, municipal, estadual e federal; a elaboração de uma ação planejada por parte desses órgãos que mostrassem resultados, e por fim, a criação de espaços de decisão democrática” quebrando, dessa forma, com os modelos autoritários de gestão (Sposati, 2009).

A partir da LOAS (Lei Federal Nº 8.742/93), aprovada somente cinco anos após a Constituição, a política de assistência social começou a sofrer contornos que levaria a descentralização da mesma, pois em alguns de seus artigos este fato estava defendido. A LOAS regulamentou a assistência social, definiu uma estrutura descentralizada e democrática para a Política Nacional de Assistência Social constituída nos Fundos Públicos para financiamento das ações, Conselhos Municipais de Assistência Social – que integram o poder público à sociedade civil e deliberam ações - e Planos de Assistência Social – elaborados pelas três esferas do governo. Em 1998 é aprovada a primeira Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a qual apresentou-se insuficiente e confrontada pelo paralelismo do Programa Comunidade Solidária, sendo este caracterizado por ações pontuais, focalizadas em “bolsões de pobreza”, direcionado apenas aos indigentes, atuações contrárias às preconizadas pela Loas.

No fim de 2003 houve em Brasília a IV Conferência Nacional de Assistência Social. Nela deliberou-se sobre a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o qual representaria a consolidação da estrutura descentralizada, participativa e democrática vigente na Loas, além da constituição de uma rede de serviços com eficácia nas suas ações específicas e nas ações em que se relacione com as demais políticas públicas setoriais. Desta vez, a PNAS se coloca na perspectiva de materialização das diretrizes da LOAS e dos princípios da Constituição de 88. Nela estão explicitadas as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado. Apoiada em um modelo de gestão compartilhada apresenta as competências dos três níveis de governo na

“provisão de ações socioassistenciais” (Couto, 2010). Assim, a PNAS consiste em política de proteção às pessoas e ao seu principal núcleo de apoio, a família. Nesse sentido, para que a política seja desenvolvida de forma eficiente faz-se necessária maior aproximação possível com o cotidiano das pessoas, pois é nele que os riscos se desenvolvem.

Destarte, suas intervenções se dão essencialmente nos territórios das cidades, pois ao atuar dessa forma setores da sociedade que são tradicionalmente considerados como invisíveis tornam-se visíveis aos olhos da política e de quem atua nela. Nesse sentido, a política de assistência social veio ativar o reconhecimento da ação localizada nas cidades, na municipalização do atendimento à população, o qual quanto mais próximo desta é desenvolvido mais eficiente se torna.

A lógica da estruturação da Proteção Social a ser disponibilizada pela Assistência Social apresenta-se em dois níveis de atenção, o de proteção social básica e o de proteção social especial, sendo este subdividido em alta e média complexidade. A primeira caracteriza-se pelo caráter preventivo de suas ações, cujo objetivo consiste no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Estas são executadas diretamente nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, alocados nos bairros, a depender dos portes das cidades pode haver mais de um, ou ainda desenvolvida indiretamente pelas entidades e organizações de assistência social, sob vigilância do órgão gestor da política de assistência social por tratar-se de uma unidade pública estatal.

A proteção social especial, por sua vez, atua em situações em que o direito já foi violado. Entretanto, os serviços podem ser considerados de média complexidade, quando a família ou o indivíduo teve seu direito violado, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; ou de alta complexidade, quando o indivíduo precisa ser retirado do seu contexto familiar e/ou comunitário, pois os vínculos com estes já se romperam. Ambos os serviços devem ser prestados nos Centros de Referência de Assistência Social – CREAS, cujo atendimento, assim como no CRAS, deve ser feito de modo interdisciplinar contando com o apoio de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos.

A PNAS preconiza que a proteção social deve garantir algumas seguranças. A “segurança de rendimentos” trata da garantia de que todos tenham uma forma monetária de afiançar sua sobrevivência, independente de suas limitações para o trabalho ou desemprego. A “segurança de acolhida” consiste na providência de necessidades humanas, iniciando pelo direito à alimentação, indumentária, abrigo, elementos necessários para a vida humana em

sociedade. A “segurança à vivência familiar” que supõe a não aceitação de situações de reclusão e de perdas das relações.

Para que todos esses preceitos sejam efetivados a PNAS conta com o financiamento da assistência social. Este é proveniente das fontes de custeio das políticas de seguridade social (saúde, previdência e assistência), do orçamento da união, distrito federal, estados e municípios, assim como de contribuições sociais e da participação da sociedade. No SUAS, a instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo. No âmbito federal, o Fundo Nacional, criado pela Loas e regulamentado pelo decreto nº1605/95, afirma em seu artigo 1º que tem como objetivo “proporcionar recursos e meios para financiar o Benefício de Prestação Continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social”.

Desse modo, o financiamento da rede socioassistencial do SUAS se dá mediante aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo, ou seja, repasse automático do Fundo Nacional para os Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal para financiar os serviços. Portanto, a assistência social presente nos municípios deve contar com a previsão de recursos das três esferas do governo devido a existência de uma co-responsabilidade estabelecida para a proteção social brasileira. Entretanto, tanto a definição dos recursos, como a aplicação deles, deve ser pactuada e deliberada nos Conselhos de Assistência Social.

4.2 Apresentação da metodologia da pesquisa

A metodologia é um fator importante na construção da pesquisa, entendendo-a como o conjunto de procedimentos técnicos na realização da pesquisa, a sistematização dos dados e a forma de análise dos resultados.

A pesquisa que desenvolvemos no presente Trabalho de Conclusão de Curso é de natureza qualitativa, este tipo de pesquisa “verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (MINAYO, 2007).

Diante do objeto desse estudo, os dilemas e desafios da intervenção profissional, a partir das categorias práxis e instrumentalidade no espaço sócio ocupacional da Política de Assistência Social, em algumas cidades do Recôncavo Sul da Bahia, Santo Antônio de Jesus, São Felix e Cachoeira, esta se desenvolveu também através de *pesquisa descritiva*. Segundo Duarte & Furtado (2002) a pesquisa descritiva caracteriza-se por ser um método de investigação que “descreve um fenômeno ou situação mediante um estudo realizado em determinado contexto espacial e temporal” (p.28).

Este Trabalho de Conclusão de Curso metodologicamente é compreendido em duas fases. No primeiro momento realizamos o levantamento bibliográfico sobre a temática, da qual delineamos o objeto a ser analisado. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de consulta a livros, revistas, artigos materiais digitalizados, dito em outros termos, uma técnica de documentação indireta que abrange todo o material existente já publicado que versa sobre o assunto.

A segunda fase compreende a pesquisa de campo como forma de documentação direta com a finalidade de conseguir mais informações sobre o assunto investigado, esta por sua vez foi dividida em duas etapas. A primeira a coleta de dados da qual utilizamos como instrumento a entrevista semiestruturada⁷. Feito isto realizamos a análise dos dados obtidos com a entrevista, como técnica neste processo utilizamos a análise de discurso⁸ e análise de conteúdo⁹.

A pesquisa de campo foi realizada com os profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS, das cidades de Cachoeira, Santo Antônio e São Félix, localizadas na região do Recôncavo Sul da Bahia. Nestas três cidades temos o total de oito (8) centros, compreendendo o universo de doze (12) profissionais. A priori pensamos em contemplar um profissional em cada CRAS, trabalhando assim com o critério de escolha a amostragem¹⁰ representativa, ou seja, oito (8) profissionais representando assim uma parte

⁷Gil (2007) conceitua entrevista como uma interação social, uma forma de coleta de dados, uma técnica na qual o investigador se apresenta ao investigado realizando perguntas com finalidade de obtenção de informações para a investigação, podendo obter desta forma informações sobre vários aspectos da vida social do investigado.

⁸Para Gil (2000) análise de discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas (p.244).

⁹ Segundo Bardin (apud CHIZZOTTI, 2008, p. 98), análise de conteúdo é “ ‘um conjunto de técnicas de análise de comunicação’ que contém informação sobre o comportamento humano atestado por uma fonte documental”

¹⁰A amostra representa a população se a distribuição de algum critério é idêntica tanto na população como na amostra. Os parâmetros de uma população são calculados através das estimativas observadas na amostra. Quanto

importante do universo da pesquisa. Vale ressaltar que não foi possível realizar a pesquisa em dois CRAS da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA, pois os respectivos profissionais não aceitaram participar da pesquisa e em um CRAS de Cachoeira devido à dificuldade de acesso da localidade, todavia nossa amostra continuou representativa, visto que realizamos as entrevistas com cinco (5) profissionais, isto é, aproximadamente a metade do universo da pesquisa. Desta forma, conseguiu-se a melhor descrição possível desta população, apesar de realizar a pesquisa apenas com parte dela.

O critério de escolha dos profissionais dos CRAS que apresentavam em seu corpo de funcionários mais de um assistente social contemplou os profissionais com maior tempo de serviço na instituição. Vale ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa realizada com seres humanos, elaboramos um documento denominado de termo de consentimento em que os sujeitos da pesquisa autorizam sua participação neste trabalho.

O processo de análise realizou-se a partir do embasamento teórico obtido através da pesquisa bibliográfica realizada nos capítulos anteriores deste estudo.

4.3 Resultados da Pesquisa de Campo

Os resultados obtidos na pesquisa de campo e através da análise dos dados foram dispostos por temas, temas estes preponderantes na discussão travada ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, a categorização apresenta-se da seguinte forma: a prática profissional do Serviço Social nos CRAS's das cidades de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e São Félix-BA, categoria instrumentalidade, teoria e prática no exercício profissional, projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado.

Em cada tema, buscou-se apresentar os dados coletados através da entrevista, analisando-os e relacionando cada um destes temas com o projeto Ético Político da profissão.

A título de esclarecimento os nomes usados para referendar os sujeitos da pesquisa, são fictícios.

4.3.1 A categoria instrumentalidade, teoria e prática no exercício profissional.

Durante o processo de pesquisa com o nosso público alvo, foi possível observar que parte significativa dos profissionais apresenta uma compreensão limitada sobre a categoria instrumentalidade, em muitos discursos ficou perceptível a associação direta entre os instrumentos técnico-operativos e a categoria instrumentalidade, tratando os instrumentos de trabalho como primordial para a execução da sua prática. Constatamos nas seguintes falas.

A instrumentalidade é além de instrumento técnico-operativo, no entanto na prática é limitada, muitas vezes nos perdemos no que é instrumento nosso e do outro profissional, principalmente numa instituição que trabalhamos com muitos profissionais, então agente acaba se limitando. (Márcia)

Os instrumentos são principais porque sem eles não existiria o fazer profissional, sem os instrumentos como agente vai fazer, como agente vai praticar, então é muito importante. (...) Então é isso que eu acho que é principal, primordial os instrumentos técnicos operativos. (Leonor)

Aqui no CRAS devemos está essencialmente ligados a esses instrumentos, caso contrario não conseguimos desenvolver o trabalho. (Fernanda)

Segundo Guerra (2009) a instrumentalidade do Serviço Social é categoria constitutiva do ser social, que incorpora o modo de existência e consciência dos homens na sociedade capitalista, ou seja, esta categoria se encontra sobre o manto das determinações capitalistas, influenciando fortemente a consciência dos profissionais quanto às particularidades da intervenção profissional. A autora afirma que no âmbito do Serviço Social, existe uma tendência de confundir a instrumentalidade do Serviço Social com os instrumentos de trabalho, atribuindo a este status superior aos outros componentes da prática, materializado no processo de constituição da profissão, sobretudo no embate de interesses das classes antagônicas.

Todavia, houve profissionais que apresentaram uma compreensão mais ampla sobre o papel dos instrumentos de trabalho, o lugar que este ocupa no exercício profissional, considerando como um grande aliado na execução da sua prática, mas não como essencial.

Para estes profissionais os instrumentos de trabalhos são assessórios importantes, mas que exigem um conhecimento, aperfeiçoamento diante das transformações sociais.

Sempre quando o usuário procura agente você precisa percebê-lo na sua totalidade, quando ele chega eu preciso escuta-lo, então desde que eu estou com o usuário eu preciso está executando nossos instrumentos operacionais, do inicio ao fim, mas de uma demanda que vem até agente, porque enquanto profissional precisamos está hábito no sentido de conhecer de fato a realidade, fazer uma análise investigativa da realidade socioeconômica do usuário e da família. (Aline)

Tem uma frase de uma professora que diz assim:“a minha capacidade de entendimento, depende da minha capacidade de entendimento”, ou seja, todos os instrumentos técnicos-operativos eles são importantes desde que eu saiba usa-los não adianta eu ter o conhecimento da LOAS, da NOB-RH, do estatuto do idoso, do nosso código de ética que se não conhecermos não conseguiremos da conta. (Carlos)

Concernente a esta questão utilizaremos do pensamento de Santos (2010), que afirma que o trabalho para se realizar pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios para a efetivação do trabalho. A autora referida afirma a importância de situar os instrumentos não de forma isolada, mas como um dos elementos que constitui a dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Outra questão relevante que podemos observar na aproximação com os profissionais supramencionados é que estes não reduzem os instrumentos técnico-operativos apenas aquilo que pode ser materializados na escrita, documentado e arquivado. Para eles estes instrumentos podem ser representados, pelo discurso do usuário, pela escuta, pelo diálogo entre profissional e usuário.

O primeiro instrumento de fato é a escuta, é agente parar, analisar, para a partir disso observar, e utilizar os outros instrumentos que agente sabe que são diretos ou indiretos, são vários. Para mim os instrumentos não são apenas as anameses, os relatórios, muito pelo contrário, é perceber uma demanda além de uma anamnese social que escrevo, vai muito além de um estudo familiar que faço, porque o ser humano ele é complexo, é como diz a música uma “metamorfose ambulante”, então eu não posso me delimitar a um simples relatório, claro que é muito importante nossos instrumentos técnicos-operativos de forma escrita, mas não se limita apenas a eles. Precisamos deles por conta da burocracia, mas a prática não deve está

limitada a eles, agente não pode delimitar aquele usuário, aquela situação em apenas 50 linhas. (Aline)

Para eu exercer minha prática eu utilizo dos instrumentos teóricos e também pra mim o ouvir é um instrumento assim conseguimos avançar em muitas coisas, dialogando agente consegue construir (...) Os instrumentais técnicos-operativos é além, é a escuta, a escrita, o conhecimento da área que você está atuando, o local onde você vai trabalhar. (Carlos)

Santos (2010), ao basear-se no estudo da Ontologia do Ser Social em Georg Lukács aponta que a necessidade de se atingir as finalidades cria a necessidade de buscar meios para alcançá-la. Esse movimento faz com que estes profissionais aprimorem os conhecimentos necessários à busca dos meios (frutos da observação, da acumulação de experiências no trabalho e na vida) para atender às necessidades e desenvolver as habilidades necessárias para atingir os fins propostos.

Corroborando com Santos (2010), Guerra (2009) e Iamamoto (1982,1998) e (2007), o Serviço Social nasce como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. A prática do Serviço Social, historicamente, consolidou-se como tecnicista e burocratizada, o que rebate na sua instrumentalidade. Diante do que foi exposto é possível visualizar estes resquícios tecnicistas e burocráticos na prática contemporânea dos assistentes sociais, pois por mais que estejam presentes em seus discursos a unidade entre as três dimensões (teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo) eles as compreendem de forma isolada, pois não reconhecem suas diferenças. Os profissionais de Serviço Social ao atribuir status superior aos instrumentos de trabalho em detrimento dos outros componentes da prática, dicotomiza-os do projeto profissional, o que acaba por tornar o que é acessório em essencial.

Desta forma, é indispensável que o assistente social tenha na reflexão ética, política e teórica a escolha dos instrumentos necessários à atuação profissional. Não obstante, considerar o conhecimento teórico como elemento essencial para a construção do instrumento é indispensável à efetivação do trabalho. Segundo Santos (idem), “não basta escolher os meios, é preciso aplicá-los” (p.83).

Ao tratamos da relação teoria e prática no âmbito da prática profissional, observamos que os profissionais conhecem a importância da não dicotomia entre prática e teoria, o que demonstra que estamos superando entendimentos equivocados que foram se consolidando ao longo da história da profissão. Identificamos que os sujeitos da pesquisa entendem que a

teoria e prática devem caminhar juntas, numa relação de complementariedade. Em destaque alguns discursos:

Teoria e prática defino assim, não existe teoria sem prática e não existe prática sem teoria, ambas se complementam, elas devem está em comunhão, uma não se dissocia da outra, é o casamento perfeito prática x teoria. Eu não posso ficar sem uma nem outra, se não, não consigo desenvolver meu trabalho, vou ficar muito mais limitada, fragmentada.(Márcia)

A teoria e prática não podem andar separadas é um casamento só que um casamento que deve ser perfeito, não um meio casamento porque se hoje eu posso executar a minha pratica é porque eu tenho uma teoria, então a teoria e prática tem ser uma conexão no sentido de está respondendo tanto a mim como profissional que escolhi essa profissão, quanto para o usuário e para a própria política que de certa forma tem aquele profissional que vê além. (Aline)

Santos (2010) define a relação teoria e prática como dialética, são unidades complexas que não devem ser dicotomizadas, pois são unidades constitutivas da práxis. A relação intrínseca destas unidades é elementar para o desenvolvimento da prática profissional, posto que:

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto, e a prática é o processo de constituição desse concreto, teoria é a forma de atingir pelo pensamento a totalidade, e a expressão do universal, ao mesmo tempo em que culmina no singular e no universal. E pela teoria que podem desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e desde volta-se ao singular. A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. (*idem*, p.27)

Contudo, mesmo compreendendo a importância da não dicotomia sobre a teoria e a prática no âmbito da prática profissional, identificamos em alguns discursos um dos equívocos destacado por Santos (2010) em seu estudo sobre teoria e prática. Esta autora afirma que os assistentes sociais comumente consideram que a teoria é reduzida a algo que se “encaixa na prática” a prática social é reduzida a prática profissional que por sua vez é

reduzida a utilização de instrumentos de intervenção. Assim, essas manifestações apontam para uma não compreensão de teoria e prática que retratam na não compreensão de prática profissional. Como podemos observar em síntese.

Você não pode atuar sem está embasado em um fundamento teórico, para mim a prática deve está pautada em um conteúdo teórico, claro que existe os pós e os contras, agente não pode dizer que a prática não tem nada haver com a teoria (...) eu percebo que preciso está embasado em algum teórico, para dá resposta aquele usuário. (Fernanda)

Acho que não é vergonha, em um atendimento, na nossa prática, ou seja, na nossa práxis, não é vergonhoso recorrer para melhor nossa prática aos grandes teóricos do Serviço Social, o que Yamamoto fala, o que Netto fala, é importante agente ter essa humildade de tá se aproximando, não deixando que estas se distanciem. (Márcia)

Corroborando com a referida autora, os profissionais, público alvo deste estudo tem a compreensão de teoria como algo que se encaixa na prática, como algo que tem a capacidade de se transformar imediatamente em prática. Não queremos dizer que a prática não deve está fundamentada em uma teoria, o que não pode acontecer é que esta teoria seja transformada em imediato em prática. Guerra (2009) e Santos (2010), destaca que a teoria é a reprodução do objeto no sentido do objeto já ser um produto, já fazer parte da realidade, já existir, ou seja, a teoria o reconstitui pelo pensamento. A sua produção não é dada pela consciência, mas na prática podendo ser, contudo, reproduzido no âmbito da razão a partir do momento em que o objeto do conhecimento já existe no mundo.

Desta forma, podemos mencionar que os profissionais compreendem a importância da não dicotomização da teoria e da prática no âmbito da prática profissional, nos seus discursos percebemos que definem a relação entre estas unidades, como uma relação de complementariedade, em que uma sustenta a outra. Entretanto, consoante ao pensamento de Santos (2010) estes profissionais estão equivocados ao considerar que a teoria se encaixa na prática, se transformando imediatamente em prática. Isto não é algo determinado de cima para baixo, mas sim de baixo para cima, em outros termos, é a realidade lugar onde a prática ganha materialidade, que oferece determinações/subsídios para se pensar a teoria, e não o contrário.

Contudo é indiscutível a importância destes profissionais considerar elementar o casamento destas categorias fundamentais para a qualidade do exercício profissional, significa dizer que estamos avançando mesmo que a passos lentos nessa questão.

4.3.2 Sobre a prática profissional dos assistentes sociais nos CRAS's das cidades de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e São Félix-BA

Toda prática profissional, dentro de uma sociedade complexa e contraditória como a brasileira está vulnerável a desafios, limites, dilemas impostos pelo sistema, neste caso o capitalista. Esta questão adensa-se ao se tratar do Serviço Social por ser uma profissão de natureza contraditória, inserida na divisão social e técnica do trabalho. Esta profissão surge no Brasil como um instrumento potencial de controle da classe trabalhadora por parte do Estado, concomitantemente viabilizou direitos, antes nunca acessado por esta classe. Esta contradição é imanente a Serviço Social, por isto esta presente no exercício profissional do assistente social impondo limites. Na atualidade este enfrenta grandes desafios, seja para exercer sua prática com direitos garantidos ou garantir direitos para os usuários dos seus serviços, por conta da precarização do trabalho que fortalece o domínio do empregador.

Na prática profissional dos assistentes sociais nos CRAS's das cidades de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e São Félix percebemos a influência do sistema, representado pelo empregador na prática destes profissionais, esta questão precariza as condições de trabalho do assistente social, além de limitar alcance de suas ações aos usuários. Assim Iamamoto (2009) nos chama a atenção para a necessidade de profissionais politizados, críticos para superar ditames do sistema capitalista, faz-se necessário “profissionais especialmente qualificados para seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista” (*idem*, p. 77). Podemos comprovar isto nas falas de alguns dos sujeitos da pesquisa que exprimem em seus discursos essa situação.

Eu aqui no CRAS como assistente social trabalho diretamente com a política de assistência social, mas deveria ser uma prática horizontalizada, o que acontece é que nós assistentes sociais da área da assistência dependemos da secretaria de assistência social, agente depende dos coordenadores para a intervenção propriamente dita, pois muitas vezes precisamos da ajuda de

outras instâncias com respostas e diretas e agente acaba não tendo essas respostas diretas. (Fernanda)

Sinceramente quando você me pergunta o que é prática profissional neste momento atual, me assusto aqui em cachoeira com relação a prática profissional a questão de que cada profissional tem sua forma de pensar de agir, mas esses limites impostos pelas instituições muitas vezes faz com que as pessoas trabalhem apenas para dá conta do que o contratante pede e não a demanda da população em si (...)recentemente trocamos de espaço, lá não temos uma sala para atender, não tem telefone, internet, nem carro para realizar as visitas. (Carlos)

Consoante ao pensamento de Iamamoto (2009) estes profissionais apontaram possibilidades para superar esses limites e não deixar que a precarização do trabalho exerça influencia na qualidade do serviço oferecido ao usuário.

No entanto, isso não deve interferir na qualidade da sua prática, porque nós como Assistentes Sociais capazes, competentes de exercer a sua função naquele lugar você vai fazer um trabalho diferente, você vai criar estratégias para atender as demandas e buscar o resultado diferente daquele que não estou conseguindo. (Fernanda)

Mas assim o seu entendimento sobre garantia de direitos que vai moldar o seu fazer, eu não vou me negar a fazer visita porque não tenho carro, ou esperar para fazer quando tiver, então nos lugares da cidade que dá para fazer visita a pé eu vou fazer, só não vou fazer em povoados distantes ai solicito carro, espero liberar o carro, só temos um carro que é do bolsa família, agente vai se articulando em rede para que agente consigo, as vezes falo com o pessoal do conselho para emprestar o carro, porque agente dialoga muito com o pessoal do conselho, então crio essa ponte. (Carlos)

É elementar que os profissionais na atualidade percebam os limites impostos pelas instituições e tentem criar estratégias para transformar esses limites em possibilidades. Posto que os reconhece enquanto profissionais críticos, capazes de analisar a realidade desvendando a aparência e percebendo a essência desta realidade caótica, profissionais capazes de transformar limites em possibilidade através da instrumentalidade, práxis e metodologia da profissão.

Enquanto profissional de serviço social, frente a realidade social, a essa divisão sócio técnica do trabalho, pois estamos aqui como um profissional sociopolítico, então fazer mesmo da minha atuação profissional uma atuação que possa contribuir de fato , agente poder vê resultado e não executar um política por executar , não muito pelo contrario é buscar aparatos legais, teóricos para que agente possa está executando, porque agente sabe que vai ter sempre um contraste, vamos ter sempre limites, mas temos que tentar superar esses limites com as possibilidades de intervenção a partir do que sempre agente apreendeu. (Aline)

Contrário à opinião dos profissionais acima citados, houve aqueles que apresentaram uma visão diferenciada, considerando o CRAS um espaço privilegiado para o exercício profissional, em que possuem autonomia para além da relativa.

A prática profissional mesmo no CRAS, eu consigo me sentir muito bem realizando meu trabalho aqui, eu consigo ser assistente social de fato cumprindo o que o serviço social me diz, porque é um serviço que te proporciona isso te dá flexibilidade, te dá autonomia muito mais que relativa, o que é importante a medida que você consegue amplia-la você se sente bem, então da unidade do CRAS, dentro de qualquer unidade social o projeto profissional de fato se realiza. (Márcia)

Corroborando com a tese de Yamamoto, no tocante a relativa autonomia, em seus estudos esta conceituada autora destaca que o profissional de Serviço Social possui uma relativa autonomia, e, na perspectiva desta autora a autonomia plena é impossível na prática profissional do assistente social, pois este está inserido na divisão social e técnica do trabalho como um trabalhador assalariado, localizando-se desta forma sobre a compra e a venda da força de trabalho por diferentes empregadores. Sendo assim, entendemos que o CRAS forja um espaço privilegiado do Serviço Social, na garantia de direitos e fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, todavia é um lócus subordinado hierarquicamente a outras instâncias que domina as ações deste espaço.

4.3.3 A condição de trabalhador assalariado e o projeto profissional do Serviço Social

Os profissionais salientaram que existem inúmeras situações no cotidiano profissional que limitam a materialização do projeto profissional. Entretanto, o que nos parece como o maior impeditivo da efetivação desse projeto é a condição de trabalhador assalariado, posto que todos os profissionais entrevistados possuem o vínculo empregatício de prestação de serviço, o que não oferece nenhuma estabilidade, não garante direitos, o que fortalece o domínio do empregador sobre o exercício profissional do assistente social.

Todos os profissionais entrevistados trabalham como prestação de serviços, temporário, estando no período inferior a um ano trabalhando nos respectivos CRAS. Estes profissionais enfatizam a todo o momento em seus discursos as dificuldades existentes para materializar o projeto profissional do serviço social, bem como este caminhar atrelado aos princípios do código de Ética, diante das condições de trabalho oferecido pela instituição. Merece destaque a fala de um entrevistado que evidencia a situação experienciada por um contingente expressivo da categoria dos assistentes sociais brasileiros nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Outra coisa que me inquieta muito é a própria precarização do trabalho sabe!? Acho que você não pode falar sobre assistência, sobre serviço social, de igualdade de direito se não tenho isso enquanto profissional, assistência está no auge é o “boom” do momento porque não valorizar um pouco mais o profissional de Serviço Social, eu digo para você o que mais me dói hoje é eu chegar aqui e dizer para um usuário que ele tem direito de trabalhar com carteira assinada, que é injusto ele trabalhar para ganhar cinco reais no dia, fazendo traque um trabalho de alta periculosidade que coloca em risco a vida dele e da sua família, e que ele pode exigir do patrão dele, ensinar que existem leis, que existem direitos quando o meu primeiro direito é desrespeitado, quando minha forma de trabalhar é desrespeitada, quando trabalho sem carteira assinada, quando trabalho com contrato de prestação de serviços, quando não temos direitos a nada, férias, décimo terceiro. Passamos na faculdade quatro anos falando de direitos e quando chegamos na instituição nosso primeiro direito enquanto profissional é desrespeitado. (Márcia)

São estes os dilemas e desafios destacados por Iamamoto (2008a), pois ainda que estes profissionais detenham de uma relativa autonomia, são os empregadores que determinam os rumos do seu exercício, quais instrumentos serão utilizados para alcançar finalidades, qual expressão da questão social será foco da intervenção. O profissional fica sob o dilema de colocar em prática os princípios do Código de Ética, do projeto profissional ou seguir as

determinações da instituição, que geralmente não corrobora com os preceitos da profissão, assim através da insegurança/instabilidade no emprego o empregador acaba por ditar os rumos do exercício profissional.

Tipo assim agente quer realizar, agente quer fazer, mas não consegue porque tem a questão política, o tipo de contrato, sabe porque quando você trabalha com prestação de serviço a qualquer momento você pode sair, você tem seu projeto, você está ali trabalhando, já está acostumado com a comunidade em si, aí o prefeito perde as eleições, você também perde seu trabalho. (Leonor)

Sabemos que tem vários tipos de precarização, os vínculos de trabalho é um, plano de cargo e carreira, falta de concurso, por isso sou a favor dos concursos, sou a favor que deixe de ter um cargo político de prestação de serviço que é muito complicado por causa da rotatividade, da falta de autonomia de todos os princípios que agente precisa está ali colocando em prática essa é uma questão muito delicada. (Aline)

O contrato de prestação de serviço, não respeita os nossos direitos, a relação de trabalho se torna precarizada, você tá dentro a qualquer momento pode está fora. É importante saber que o vínculo empregatício independente da modalidade que for no sistema capitalista eu posso está fora ou está dentro isso depende muito de quem manda. (Carlos)

Entretanto, ainda que existam estas dificuldades os profissionais argumentaram que conseguem materializar o projeto profissional nas instituições. Essa assertiva advém do fato do CRAS forjar um espaço privilegiado da Política de Assistência Social, onde todas as ações devem passar pela avaliação do assistente social. Sabemos que o CRAS é a porta de entrada para os usuários acessarem a Política de Assistência Social. Comumente este é denominado de casa da família por trabalhar essencialmente no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Vejamos nos discursos dos profissionais a compreensão sobre atuação profissional no que toca as estratégias para superar os limites impostos pela instituição, que por sua vez favorece a prática profissional dentro dos parâmetros do projeto profissional.

Si eu for me prender ao vínculo empregatício eu vou me colocar sempre a favor da instituição que é quem me contrata para atender a população, se isso acontecer você não vai atender as demandas do usuário, você vai atender a demanda da instituição, você vai simplesmente fazer o que a instituição

demanda e o que demandante do seu serviço você não conseguirá fazer , para você atender essa demanda você em que está lutando todos os dias, todos os dias é um embate, então assim trabalhar no CRAS hoje é você trabalhar muito mas do que frente a política de assistência social.(Carlos)

Nós assistentes sociais tentamos criar estratégias a todo momento seguir o projeto ético político do serviço social apesar de encontrar diversas dificuldades, nós conseguimos sim trabalhar em prol da emancipação social e pessoal dos indivíduos atendidos no CRAS. (Fernanda)

É significativo que estes profissionais tenham essa compreensão que é necessário superar os limites institucionais em prol da defesa dos direitos do usuário e dos seus direitos enquanto profissional, contudo isto não é suficiente se não resguardada a relativa autonomia. O produto final da intervenção que é transformar o cotidiano daqueles que procuram os assistentes sociais, só é possível se resguardada a relativa autonomia, que por sua vez só é possível através da coletividade, da mobilização da categoria. Iamamoto (2008a) salienta que para resguardar a relativa autonomia faz-se necessário potenciá-la mediante o projeto profissional encharcado de história e embasado em princípios humanistas, com sustentação em forças sociais. Não obstante, na defesa da sua relativa autonomia o assistente social conta com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, que possui regulamentações determinando atribuições privativas e competências que devem ser executadas apenas por estes profissionais. “Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado” (p. 422).

Diante destas problematizações é relevante sublinhar os rebatimentos trazidos por estes dilemas e desafios postos a prática profissional destes assistentes para a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social. Este projeto é fundamental para nortear o exercício profissional, todavia a contraditoriedade entre esse projeto e a realidade vivenciada pela maioria dos assistentes sociais brasileiros, decorre em uma implementação tímida dos princípios, valores constituintes desse projeto. Vale ressaltar que mesmo com a impossibilidade de total materialização, no cotidiano da prática o projeto Ético Político da profissão não deve deixar de ser seguido e implementado, pois é nele que estão os princípios, valores e questões dos quais devem estar basilados a prática profissional. O projeto Ético Político da profissão apresenta o usuário e o profissional de Serviço Social como sujeitos de direitos, dotados de historicidade, liberdade, protagonistas da sua própria realidade, princípios

estes que destoam com a condição de assalariado do assistente social posto que, limita a autonomia do profissional, o que rebate no alcance da intervenção na vida do usuário.

No que se refere ao projeto ético político e a efetivação deste na prática percebemos que os limites à cima discutidos, configuram-se como um dos grandes obstáculos para a efetivação/materialização deste projeto, visto ser um projeto que defronta com os preceitos da sociedade capitalista contemporânea. Utilizando das contribuições de Teixeira e Braz (2009) o Projeto Ético Político do Serviço Social é bem claro quanto as seus elementos constitutivos e princípios: a igualdade, a liberdade, a democracia, o pluralismo, a recusa da sociedade do capital, as lutas políticas contra ela e suas iniquidades, e etc. Desta forma podemos afirmar que estes elementos constitutivos e princípios deste projeto, choca com aqueles predominantes no sistema vigente, o que coloca ao assistente social grandes desafios. Vejamos as falas dos sujeitos da pesquisa.

O projeto ético-político muito lindo, perfeito né, em si os projetos são lindos, mas com já diz o projeto é uma projeção, é aquilo que você idealiza com o intuito de realizar e eu acho assim que dentro da prática da gente por mais que agente tente ainda está um pouco distante, porque ainda vejo muitos desafios a acerca da prática dentro do projeto ético-político é um projeto que se fosse efetivado de fato de forma concreta seria maravilhoso tanto para o usuário que recebe os nossos serviços como para nós que estamos ofertando, mas ainda tem muitos limites. (Márcia)

Nosso projeto ético político se pudesse executa-lo de fato como ele é, seria uma perfeição, mas agente sabe que temos os limites, mas não é por isso que vamos deixa-lo de lado, na década de 90 foi uma grande mudança, porque o projeto ético político veio amadurecer de fato nesse período né!? Na década de 90 então assim é possível coloca-lo em prática não 100% como ele é.

Ante este pressuposto, os profissionais entrevistados ratificaram que mesmo com a impossibilidade de materializar por completo o projeto ético político, este se faz presente no seu exercício: “minha prática está pautada nos pressupostos éticos-políticos, o que significa buscar atender as demandas, o direito demandado pelo usuário utilizando estratégias mediadoras de intervenção e isso depende da criticidade e o conhecimento acerca da profissão e de seu projeto ético-político”. (Fernanda)

Teixeira e Braz (2009) afirmam que “diante da contemporaneidade, tão dura e adversa, não é incomum encontrar profissionais que sustentam a “inviabilidade” do projeto

ético-político. Em geral, argumentam que o projeto apresenta princípios que não podem ser efetivados concretamente e que o fazer profissional não permite que sejam contemplados” (p.13). Entretanto assim como os profissionais que afirmaram criar estratégias para materializar o este projeto os referidos autores enfatizaram que é possível escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais, ou seja, o projeto Ético Político não é uma idealização, este possui materialidade desde que o profissional de Serviço Social o reconheça para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também, e tomando o projeto ético-político como, mais uma vez, uma projeção coletiva dos assistentes sociais.

Iamamoto (2008a) considera que a superação desses limites, bem como o resguardo da relativa autonomia depende, inclusive, da sua qualificação acadêmico-profissional especializada, consistindo em um profissional crítico da realidade, que compreenda o usuário como histórico, pensante e transformador da sua própria realidade. Não obstante, faz-se necessário potencializar esta relativa autonomia mediante o projeto profissional coletivo, em que a categoria deve se mobilizar para defender seus direitos enquanto profissional. O assistente social é reconhecido no projeto profissional com um profissional dotada de liberdade, é na busca disto que deve está pautada a luta da categoria.

Verificamos com nítida expressão ante as análises tecidas uma tensão entre o projeto profissional que afirma o assistente social como um profissional dotado de liberdade e teleologia e a condição de trabalhador assalariado, em que suas ações são condicionadas pelos empregadores e pelas condições externas aos sujeitos; isto é, condições determinadas pelo sistema capitalista. Iamamoto (2004) salienta que o grande desafio para a efetivação do projeto Ético Político na atualidade é torna-lo um guia efetivo para a intervenção profissional, evitando que este se torne algo apenas abstrato, exigindo dos profissionais “radical esforço do dever ser com sua implementação prática” (p.26)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, o objeto, os dilemas e desafios da prática profissional do Serviço Social, a partir das categorias, práxis e instrumentalidade, na Política de Assistência Social nas cidades do Recôncavo Sul da Bahia, Santo Antonio de Jesus, São Felix e Cachoeira, adensou-se ao objetivo de analisarmos as contradições que condicionam e limitam e desafiam, e outrora, potencializam a materialização do projeto profissional do Serviço Social na Política de Assistência. Enfatizamos que as categorias mencionadas nos ofereceram um leque diverso para problematizarmos questões de tocam o Serviço Social na contemporaneidade.

A análise desenvolvida apresenta os dilemas e desafios da prática ante uma realidade política, social, econômica complexa e contraditória, no capitalismo contemporâneo. Desta forma, ao identificar os dilemas e desafios postos à prática profissional na contemporaneidade, consideramos as determinações da sociedade capitalista essenciais para os rumos do fazer profissional, visto que entendemos o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho. Portanto, a profissão insere-se no processo de produção e reprodução das relações sociais.

O Serviço Social tem encontrado, atualmente, um campo fértil; esta profissão vem crescendo ao longo dos anos, exigindo assim discussões/reflexões teórico filosóficas sobre a sua natureza. Quanto à prática profissional cotidiana, esta se apresenta mais definida e específica voltada para o público alvo a que se propõe e para seus objetivos específicos. A prática profissional do Serviço Social e o exercício profissional do Assistente Social são quesitos de debates e discussões nas literaturas do Serviço Social. Essa discussão adensa-se por conta da natureza contraditória da profissão, o que faz necessário o fomento de debates, diversos e plurais, seja na esfera acadêmica ou profissional para desvelarmos os dilemas e desafios da profissão ante o Estado e a sociedade civil.

A conquista do projeto profissional no ano de 1993 é um avanço histórico da profissão; este direcionou nossas discussões teóricas, norteou a prática numa perspectiva de direitos, modificou as diretrizes para a formação de novos profissionais. Entretanto, faz-se premente a reflexão ética e política balizadas por críticas potencializadoras de debates propositivos no seio da profissão. Elegemos o lócus do exercício de pensarmos a

concretização e determinação da prática embasada no Projeto de Profissão baseado em princípios éticos e políticos.

Na análise dos dados da pesquisa constatamos que o projeto Ético-Político da Profissão está materializado limitadamente, o que indica fragilidade na prática profissional. Identificamos que no exercício profissional dos assistentes sociais nos CRAS's das cidades de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e São Félix, o empregador exerce grande domínio: não oferece os instrumentos necessários para execução da prática, o vínculo empregatício é temporário reduzido à prestação de serviços com baixa remuneração. Estes fatos precarizam o trabalho do assistente social, interferindo substancialmente no alcance da prática aos usuários dos serviços.

Nas análises esta questão ficou explícita, contudo os profissionais buscaram estratégias para amenizar os limites institucionais, para assim resguardar a sua relativa autonomia e desenvolver uma prática qualificada.

É importante ressaltar que a Política de Assistência Social, espaço sócio ocupacional onde foi realizado este estudo, é uma política que também enfrenta grandes desafios. Mesmo com a Constituição de 1988, marco para o avanço da Assistência Social, ainda são conservadas ideologias construídas ao longo do processo político, econômico e social, pelo qual o Brasil passou, assim, existem insuficiências e desafios a serem enfrentados por essa política social.

Nesse contexto, ressalta-se que a pesquisa apresenta-se em espaço específico e determinado e não pressupõe mostrar resultados generalizantes. Não intentamos generalizações, mas identificar desafios e dilemas presentes na prática do assistente social na área da Assistência Social. O que nos propusemos é possibilitar através dos resultados provenientes deste estudo reflexões para se pensar a prática profissional do Serviço Social.

É imperativo alcançar a completude informacional sobre a Profissão do Serviço Social: suas atribuições, competências e sua prática. Para tanto é indispensável à compreensão de teoria e prática como unidades complexas, constituintes da práxis, que se realiza sobre o manto de uma relação materialista histórica e dialética.

Na introdução deste estudo indagamos qual o lócus que o Projeto Ético Político do Serviço Social ocupa na prática destes profissionais? Como este Projeto, articulado às

categorias, práxis e instrumentalidade, se evidencia na prática profissional na Política de Assistência Social? Na prática cotidiana a teoria é a mesma? Nesse sentido, os dilemas e desafios da prática profissional, percebidos a partir das categorias práxis e instrumentalidade, são de naturezas diversas no capitalismo contemporâneo, sobretudo a materialização do projeto profissional na Política de Assistência Social.

Diante desta reflexão, pode-se afirmar a premência de estudos acerca do processo de definição do Serviço Social, suas atribuições, contribuições à sociedade contemporânea, visto que as transformações políticas, sociais, econômicas na contemporaneidade exigem renovação e redefinições ao Serviço Social. Referenciamos a continuidade de desenvolvermos a pesquisa sobre as determinações da Reconceituação, movimento que transformou a base política, ética, ideológica da profissão, constituindo assim como pilar do projeto Ético Político atual. É necessário refletir como os princípios do projeto da profissão chegam à esfera da atuação profissional, de que forma os profissionais chegam ao campo profissional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília: MDS, 2005.
- COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *In*: COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.
- CHIZZOTTI, Antonio. Da pesquisa qualitativa. *In*: **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- DEMO, P. Política Social do Conhecimento. Sobre futuros do combate à pobreza. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DUARTE, Simone V. & FURTADO, Maria S. **Manual para Elaboração de Monografias e Projetos de Pesquisa**. 3ª Edição Rev. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007
- GIL, R. Análise de discurso. *In*: Bauer & Gaskell. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Editora Vozes, 2000. p. 244-270.
- IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. *In*: Revista Temporalis. Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Granline, p. 9-30, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, RAUL. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008b.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. *In*: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em: < http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009

MINAYO M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José P. **Cinco Notas a propósito da questão social**. In: Revista Temporalis. Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Granflin, p. 41-49, 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara A. **Questão social, Serviço Social e direitos da cidadania**. In: Revista Temporalis. Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Granflin, p.51-61, 2001.

SANTOS, Claudia Mônica. **Na prática a Teoria é outra? Metas e Dilemas na relação entre teoria e prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

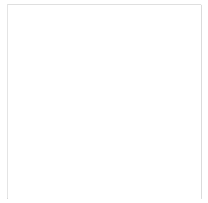
SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional**. In: Rev. Katal. Florianópolis, v.10, nº esp, 2007, p.64-72

SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. MDS/UNESCO. Brasília, 2009.

SPOSATI, Aldaíza; Falção, Maria do Carmo; Fleury, Sonia. **Os direitos dos desassistidos sociais**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. In. CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Sônia; M. F. **Assistência na Previdência Social – uma política marginal**. In: SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do C.; TEIXEIRA, Sonia M. F. **Os Direitos (dos desassistidos) Sociais**. São Paulo: Cortez, 1989



APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA-UFRB
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

Entrevistador (a): Ramile Andrade de Lima¹¹

Entrevista semiestruturada¹²

I. Identificação

1. Período de conclusão da graduação?
2. Em qual Instituição de Ensino Superior?
3. Há quanto tempo você desenvolve seu trabalho nesta instituição?
4. Você trabalha nesta instituição através de que tipo de contrato?
5. Qual a carga horária semanal?

II. Temas

6. O que é prática profissional para você neste momento atual?
7. Qual o lugar que a sua prática ocupa no seu trabalho cotidiano?
8. Como e quando você consegue de fato visualizá-la?
9. Como você percebe o projeto ético-político da profissão? É possível colocá-lo em prática?
10. Qual o lugar que você atribui aos instrumentos técnico-operativo na sua prática profissional?
11. Você trabalha com instrumentais na sua prática? Quais instrumentais técnico-operativos são utilizados no exercício profissional nesta instituição?
12. Como você define teoria e prática no âmbito da prática profissional? Como estes se efetivam no seu cotidiano profissional?

¹¹ Graduanda do oitavo semestre do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB

¹² Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa de campo do Trabalho de Conclusão de Curso denominado: Os dilemas e desafios da intervenção profissional, a partir das categorias práxis e instrumentalidade na Política de Assistência Social nas cidades do Recôncavo Sul da Bahia, Santo Antônio de Jesus, São Felix e Cachoeira.

13. Como você percebe a realização do projeto profissional nesta instituição?

14. Há algo que lhe inquieta? O que mais lhe traz angústias? Como você se sente enquanto profissional e ser humano?